Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública		
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI		
Disciplina: Fundamentos da Teoria Econômica		**Código:** 3FUNTEC
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2018/1	
Professor: Lilian de Pellegrini Elias	**Contato:** lilianpellegrini@gmail.com	

Ementa

Conceitos básicos da teoria econômica. Principais pensadores da teoria econômica. As teorias econômicas. A microeconomia. O mercado e os agentes econômicos. A lei da oferta e da demanda. A formação dos preços. Fundamentos da análise macroeconômica; Problemas macroeconômicos; Modelos macroeconômicos; Contabilidade Nacional; Determinantes da demanda e oferta agregada; Moeda, juros e renda; Economia Aberta; Política econômica; O papel do governo; Inflação. Ideologia Neoliberal, novos Keynesianos, terceiro setor e outros. Aspectos contemporâneos na economia.

Objetivo geral

Capacitar o aluno a fazer análises conjunturais e estruturais da economia levando em consideração conceitos microeconômicos e macroeconômicos.

Objetivo específico

3.1. Introduzir conceitos e teorias da Ciência Econômica;
3.2. Introduzir a discussão sobre o papel do Estado na economia;
3.3. Criar condições para que o aluno compreenda o ambiente econômico no qual atuam as organizações/instituições;
3.4. Capacitar o aluno com raciocínio econômico e sua relação com a gestão das diferentes organizações;
3.5. Capacitar o estudante para conceber as relações econômicas de uma nação com o resto do mundo e seus impactos sobre a atividade econômica;
3.6. Identificar, mediante utilização dos instrumentos da ciência econômica, os principais cenários da economia contemporânea.
3.7. Capacitar o estudante para interpretar dados e indicadores econômicos

Conteúdo programático

Bloco I - A Ciência Econômica
4.1 Aspectos gerais da economia
Bloco II - Correntes da Teoria Econômica
4.2 Origem da Ciência Econômica: Fisiocratas
4.3 Smith (1723-1790)
4.4 Ricardo (1818-1883), Malthus (1766-1834) e Mill (1806-1873)
4.5 Marx (1818-1883)
4.6 Hayek (1899-1992) - Escola Austríaca e Escola de Chicago
4.7 Keynes (1883-1946)
4.8 Teoria econômica: século XXI
Bloco III - Microeconomia
O lado da demanda
4.9 Considerações sobre a microeconomia
4.10 A teoria do consumidor
4.11 Teoria elementar do funcionamento do mercado
O lado da oferta

Plano de Ensino

4.12 Aspectos gerais da teoria da firma
4.13 Estruturas de mercado
4.14 Organização industrial
Bloco IV - Macroeconomia
4.15 Medidas de atividade econômica
4.16 Teoria da determinação da renda e do Produto Nacional
4.17 Moeda e a questão da inflação
4.18 Equilíbrio no mercado bens e de moeda
Bloco V - Tópicos especiais
4.19 Setor Externo da Economia Brasileira e estrutura do Balanço de Pagamentos
4.20 O setor Público e Estado na Economia Brasileira
4.21 Crescimento e Desenvolvimento Econômico: visão ortodoxa (ROSTOW, 1974)
4.22 Crescimento e Desenvolvimento Econômico: visão crítica (FRANK, 1973)
4.23 Economia e meio ambiente
4.24 Economia Agrícola e Agrária
4.25 Economia e Mercado de Trabalho

Metodologia

No desenvolvimento da programação é utilizada uma combinação de técnicas de ensino, dentre as quais se destacam: aulas expositivas e dialogadas, com apoio de textos, slides e vídeos. Estudos de casos e exercícios realizados pelos participantes, individualmente ou em grupos. Serão utilizadas diversas leituras como fator de estímulo ao aprendizado. Também, os instrumentos que a informática oferece serão amplamente utilizados. A metodologia utilizada enfatiza a participação ativa dos alunos.

Sistema de avaliação

A avaliação será realizada através dos procedimentos abaixo:
- Prova 1 = 25% da nota - Prova escrita.
- Prova 2 = 25% da nota - Prova escrita.
- Prova 3 = 25% da nota - Prova escrita.
- Prova 4 = 25% da nota - Prova escrita.

Bibliografia básica

BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia. 4. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.
CANO, W. Introdução à economia: uma abordagem crítica. São Paulo: Unesp, 2014.
CORAZZA, Gentil. Ciência e Método na História do Pensamento Econômico. Revista de Economia, v. 35, n. 2 (ano 33), p. 107-135, maio/ago. 2009.
LEITE, J. A. A Macroeconomia: Teoria, Modelos e Instrumentos de Política Econômica, Atlas, São Paulo, 1994.
MANKIW, N. Gregory. Macroeconomia. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008
PINHO, Diva Benevides; VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de (Org.); GREMAUD, Amaury Patrick et al. Manual de economia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. 606p.
SINGER, PAUL. Aprender Economia. São Paulo. Editora Brasiliense, 1988.

Bibliografia complementar

FRANK, Andrew Gunder. Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano. In: PEREIRA, L. (org). Urbanização e Subdesenvolvimento. RJ: Zahar, 1973.
HALL, R.E. e TAYLOR, J.B. Macroeconomia: Teoria, Desempenho e Política. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
HAYEK, F. Parte I: desemprego e política monetária. In: _____. Desemprego e política monetária. São Paulo : Instituto Ludwig von Mises. Brasil, 2011, p. 23-43.

Plano de Ensino

HEILBRONER, R. A História do Pensamento Econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
HUNT, E. K. História do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
KEYNES, J. M. Capítulo 3 e capítulo 24. In: _____. Teoria geral do Emprego, do juro e da moeda. 2ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1983
LOPES, L. M. & VASCONCELLOS, M A S. Manual de macroeconomia básico e intermediário. São Paulo: Atlas, 2000.
MANDEVILLE, B. (1723). The fable of lhe bees or private vices, public benefits. Londres: Wishart & Company, 1934. [A tradução está disponível em: http://economiapoliticabrasil.blogspot.com.br].
MARX, Karl. O capital: critica da economia política. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. n.v. (Os economistas)
MONTORO FILHO, André Frano, (et al.) Manual de introdução à economia (Wlademir Pereira, Coordenador). São Paulo: Saraiva, 1984.
NOVAES, Henrique Tahan; DAGNINO, Renato. O fetiche da tecnologia.Revista ORG & DEMO, v. 5, n. 2, p. 189-210, 2004
PASSOS, C. R. Princípios de economia. São Paulo: Pioneira, 2000.
PAULANI, LEDA MARIA; BRAGA, MARCIO BOBIK. A nova contabilidade social. SP: SARAIVA, 2001.
PINHO, D. B. e VASCONCELLOS, M. A. S. Manual de Economia. 5ª edição. São Paulo: Saraiva, 2006.
ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à Economia. São Paulo: Atlas, 2003
PRATES, R. C.; REZENDE, A. A. Considerações a respeito do Balanço de Pagamentos: uma análise da evolução e dinâmica das contas brasileiras no período 2000-2014. Revista paranaense de desenvolvimento, Curitiba, v.36, n.128, p.65-81, jan./jun. 2015.
ROSTOW, Walt Whitman. Cap. 1. Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista. Rio de Janeiro: Zahar, 1974
SCHUMPETER, Joseph. A instabilidade do Capitalismo. In.: Clássicos da Literatura Econômica. Brasília: Ipea, 2010.
SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982. xv, 169 p. (Os economistas).

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública		
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI		
Disciplina: Teorias de Administração Pública		**Código:** 2TEAPUB
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2018/2	
Professor: DANILO JOSE ALANO MELO	**Contato:** danilo.melo@udesc.br	

Ementa

A abrangência do campo e das teorias de administração pública. As diversas ciências que servem de base para a teorização da administração pública. Os pensadores que formam a base epistemológica para as diferentes abordagens da administração pública. A contribuição de Guerreiro Ramos para a teoria das organizações públicas. A dicotomia entre política e administração pública. O modelo ideal e sua relação com a realidade. O modelo dos negócios para a burocracia pública: a burocracia. O modelo racional de organização e as suas diversas teorias aplicadas à administração pública. A proposta da nova administração pública. O surgimento e declínio da nova gestão pública: o modelo de mercado. As grandes mudanças e o seu impacto na teoria da administração pública. A era da participação. O novo serviço público: o modelo político. Os desafios para a implantação do Novo Serviço Público. O profissional da administração pública e as perspectivas teóricas para a prática da administração pública.

Objetivo geral

Discutir as principais teorias de administração pública, seus principais fundamentos e autores, que servem como base epistemológica para os diferentes modelos de administração pública e para a governança pública.

Objetivo específico

1. Conhecer as principais propostas teóricas de administração pública e seus fundamentos;
2. Analisar as principais discussões e dicotomias do campo;
3. Compreender historicamente os principais modelos, suas limitações e seus valores;
4. Discutir a os paradigmas a partir do Brasil e a importância de autores brasileiros;
5. Examinar os desafios de implantação do Novo Serviço Público;

Conteúdo programático

1. A abrangência do campo e das teorias de administração pública e as diversas ciências que servem de base para a teorização da administração pública

2. A relação Estado-sociedade: Matriz Estadocêntrica versus Matriz Sociocêntrica;

3. Pensadores que formam a base epistemológica para as diferentes abordagens da administração pública;

4. Dicotomia entre política e administração pública: de Wilson a Waldo;

5. O modelo dos negócios e a Burocracia pública
a. Abordagem clássica;
b. Abordagem estruturalista;

Plano de Ensino

6. O modelo racional de organização
a. Abordagem comportamentalista
b. Abordagem sistêmica;

7. A Nova Gestão Pública (New Public Management) e a influência do mercado;

8. A contribuição de Guerreiro Ramos para a teoria das organizações
a. Redução sociológica;
b. Racionalidade instrumental e racionalidade substantiva;
c. Síndrome comportamentalista;
d. Paradigma paraeconômico e sociedade multicêntrica;

9. O Novo Serviço Público: o modelo político;

10. Desafios para implantação do Novo Serviço Público;

Metodologia

No desenvolvimento da programação é utilizada uma combinação de técnicas de ensino enfatizando a participação dos alunos:
- Aulas expositivas e dialogadas, com apoio de textos;
- Leituras prévias e grupos de discussão;
- Recursos multimídia serão, também, amplamente utilizados.
- Atividades EAD (Moodle)

Sistema de avaliação

A avaliação será realizada através dos procedimentos abaixo:
- Atividades = 20% - somatório das atividades avaliativas realizadas ao longo do semestre, fichamentos, exercícios, apresentações e outras atividades em sala de aula e extraclasse (datas serão publicadas com antecedência no ambiente virtual);
- Oficinas de TAP = 20%;
- Prova 1 = 30% Prova escrita aplicada sobre o conteúdo 1 - 6.
- Prova 2 = 30% Prova escrita aplicada ao final do semestre sobre todo o conteúdo.

Bibliografia básica

BRESSER PEREIRA. L. C.; SPINK, P. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.
DENHARDT, R.B. Teorias da Administração Pública. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
MORGAN, Gareth. Imagens da organização. São Paulo: Atlas, 1996.
MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. F. G. Teoria geral da administração. 3. ed. rev. São Paulo: Thomson Learning, 2010.
RAMOS, A. G. A Nova Ciência das Organizações. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

Plano de Ensino

Bibliografia complementar

ALCANTARA, V. de C. et al . A solution through praxis? Reflections about the ivory tower metaphor and the indissociability between theory and practice in organizational studies. RAM, Rev. Adm. Mackenzie, São Paulo , v. 17, n. 5, p. 15-35, out. 2016 .
ANDION, C. Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. Cadernos Ebape. BR, v.10, n. 1, p. 1-19, 2012.
ANDRADE, R. O. B.; AMBONI, N. Teoria geral da administração: das origens às perspectivas contemporâneas. São Paulo: Makron Books do Brasil, 2007.
CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. Handbook de estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1998.
DUARTE, M. de F.; ALCADIPANI, R. Contribuições do organizar (organizing) para os estudos organizacionais. Organizações & Sociedade, v. 23, n. 76, 2015.
FADUL, E. M. C. et al. Ensaiando interpretações e estratégias para o campo da administração pública no Brasil. Revista de Administração Pública, v. 46, n. 6, p. 1437-1458, 2012.
MATIAS-PEREIRA, J. Curso de Administração Pública. São Paulo: Atlas, 2010.
MISOCZKY, M. C. A.; ABDALA, P. R. Z.; DAMBORIARENA, L. A. A trajetória Ininterrupta da Reforma do Aparelho de Estado no Brasil: Continuidades nos Marcos do Neoliberalismo e do Gerencialismo. Administração Pública e Gestão Social. APGS. Viçosa, Universidade Federal de Viçosa-PPGAdm-, 2017. vol. 9, n. 3,(jul./set. 2017), p. 184-293, 2016.
MOTTA, F. C. P. Teoria das organizações: evolução e crítica . São Paulo: Liv. Pioneiro Ed., 1986.
RAMOS, A. G. A Sociologia de Max Weber: sua importância para a teroai e a prática da administração. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 57, n.2, p. 267-282, 2006.
SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. RAP - Rio de Janeiro, v.43, p.347-369, mar/abr, 2009.
VALADARES, J. et al. Administração pública sob a ótica dos estudos críticos: reflexões, interlocuções e tendências. Administração Pública e Gestão Social, [S.l.], p. 31-42, jan. 2017.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública	
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI	
Disciplina: Liderança e Formação de Redes na Governança Pública	**Código:** 4FIFORM
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2019/2
Professor: ANDERSON SASAKI VASQUES PACHECO	**Contato:** anderson.pacheco@udesc.br

Ementa

Principais conceitos sobre liderança e redes. Os diversos estudos sobre liderança. As tipologias de liderança. As semelhanças e diferenças entre liderança nas organizações formais públicas e na governança pública. A liderança transformadora e a governança pública. A Liderança e as redes que produzem o serviço público em sistemas de governança pública. As teorias de redes. Estrutura, funcionamento e propriedades das redes. Desenvolvimento de Redes Sociais. Métodos e técnicas da análise de redes sociais. Democracia e cidadania na formação de redes sociais. A liderança de movimentos sociais. A reconceituação de cidadania e a emergência de espaços públicos e não estatais, As redes não formais na comunidade. A liderança e a formação de redes intermunicipais e estaduais. As parcerias e consórcios. Redes sociais locais, regionais no Brasil e na América Latina

Objetivo geral

Compreender os aspectos fundamentais e avançados de liderança e formação de Redes na Governança Pública

Objetivo específico

Conhecer os principais conceitos de rede, liderança, governança pública e tipologias de liderança;

Compreender na prática, por meio de leitura de textos e estudos de caso, a relação entre liderança e a formação de redes na governança pública;

Entender governança em redes, estrutura de redes, teorias de redes e redes sociais;

Discutir sobre democracia e cidadania na formação de redes sociais e a liderança de movimentos sociais;
Analisar a liderança na perspectiva da formação de redes intermunicipais e estaduais e das parcerias e consórcios;
Conhecer as principais redes sociais locais, regionais no Brasil e na América Latina

Conteúdo programático

Principais conceitos sobre liderança e redes ;
Os diversos estudos sobre liderança. As tipologias de liderança;
As semelhanças e diferenças entre liderança nas organizações formais públicas e na governança pública;
A liderança transformadora e a governança pública. A Liderança e as redes que produzem o serviço público em sistemas de governança pública;

As teorias de redes. Estrutura, funcionamento e propriedades das redes;
Desenvolvimento de redes sociais,Métodos e técnicas da análise de redes sociais;
Democracia e cidadania na formação de redes sociais ,Liderança de movimentos sociais;
A reconceituação de cidadania e a emergência de espaços públicos e não estatais, As redes não formais na comunidade;
A liderança e a formação de redes intermunicipais e estaduais. As parcerias e consórcios, Redes sociais locais, regionais no Brasil e na América Latina

Plano de Ensino

Metodologia

Apresentação dos conteúdos de forma expositiva/dialogada;
Leitura e análise de textos e estudo de caso devem ser feitas previamente antes das aulas.

Sistema de avaliação

Prova1 (20%
Prova2 (20%)
Seminário I (20%)
Seminário II (20%)
Participação (20%)

Bibliografia básica

BAKER, Wayne. The network organization in theory and practice. In: NOHRIA, Nitin; ECCLES, Robert G. (ed.) Networks and organizations: structure, form, and action. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, p. 397-429, 1992.
CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena M. M. (Coords.). Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

Bibliografia complementar

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais. 3a. ed. São Paulo: Loyola, 2005.TEIXEIRA, Francisco (Org). Gestão de redes de cooperação interempresariais. São Paulo: Casa da Qualidade, 2004. WHEATLEY, Margaret J. Liderança e a nova ciência: aprendendo organização com um universo ordenado. São Paulo: Cultrix, 1999.CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.MEYER-STAMER, Jörg. Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica. Fundação Friedrich Ebert Stiftung. Policy Paper, n. 28, Set, São Paulo, 2001.
BERGAMINI, Cecília Whitaker. O líder eficaz. Atlas, 2002. DENHARDT, Robert. B.; DENHARDT, Janet. V.The new public service: serving, not steering. New York: Armonk, 2007GOLDSMITH, S.; EGGERS, W. D. Governar em rede: o novo formato do setor público. Brasília: ENAP, 2006.SCHWELLA, Erwin. Inovação no governo e no setor público: desafios e implicações para a liderança. Revista do Serviço Público, v. 56, n. 3, p. 259, 2005

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública	
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI	
Disciplina: Planejamento e Alocação de Recursos em Governança	**Código:** 3PLAREC
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2019/1
Professor: LUIZ RICARDO DE SOUZA	**Contato:** luiz.souza@udesc.br

Ementa

Planejamento e políticas públicas. Evolução do Planejamento no Brasil. Planejamento de órgãos públicos. Dimensão estratégica e operacional do planejamento público em sistemas de governança pública. Teorias e modelos de planejamento governamental. Avaliação e acompanhamento como parte do processo de planejamento. Construção de indicadores de monitoramento e avaliação. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento. Planejamento governamental no Brasil contemporâneo. Concepção, estrutura e sistema do PPA. Engajamento democrático. Metodologias de planejamento participativo em governança pública.

Objetivo geral

Aprofundar o nível de informação dos estudantes sobre os conceitos e práticas relacionadas ao planejamento e alocação de recursos em governança pública e sua importância para gestores de serviços públicos.

Objetivo específico

1. Discutir os conceitos de planejamento público
2. Descrever estratégias e metodologias de planejamento e monitoramento de políticas públicas
3. Analisar as iniciativas de planejamento público nos níveis federais, estaduais e municipais
4. Relacionar experiências internacionais de planejamento público

Conteúdo programático

O conceito de planejamento. Metodologias de planejamento;

Introdução ao Conceito de Política Pública

O pensamento estratégico aplicado à gestão governamental contemporânea

Instrumentos de planejamento público (PPA, LDO, planos setoriais etc.)

Monitoramento de políticas públicas

Planejamento Participativo

Plano de Ensino

Metodologia

No desenvolvimento da programação é utilizada uma combinação de técnicas de ensino, dentre as quais se destacam: aulas expositivas e dialogadas, com apoio de textos, slides e vídeos. Estudos de casos e exercícios realizados pelos participantes, individualmente ou em grupos. Serão utilizadas diversas leituras como fator de estímulo ao aprendizado. Também, os instrumentos que a informática oferece serão amplamente utilizados. A metodologia utilizada enfatiza a participação ativa dos alunos.

Sistema de avaliação

A avaliação será expressa pela composição abaixo:
40% - Trabalhos em equipe ao longo do semestre;
60% - Provas (três, cada uma correspondendo a 20%)

Bibliografia básica

FISCHMANN, Adalberto A.; ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. Planejamento estratégico na prática. 2. ed. Sao Paulo: Atlas, c1991. 164 p.
PEREZ, Marcos Augusto. A administração pública democrática: institutos de participação popular na administração pública. Belo Horizonte: Fórum, 2004. 245p
REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. Planejamento estratégico municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas . 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006. 123 p.

Bibliografia complementar

ARTMANN, E. O Planejamento Estratégico Situacional no Nível Local: um Instrumento a Favor da Visão Multissetorial. Cadernos da Oficina Social 3. Rio de Janeiro: Fiocruz fev/2000. p.98-119
CARDOSO Jr. José Celso (ORG). A reinvenção do planejamento governamental no Brasil / organizador - Brasília : Ipea, 2011.
CARVALHO, Horácio Martins de. Introdução a teoria do planejamento. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. 176p
GANDIN, D. A posição do planejamento estratégico entre as ferramentas de intervenção na realidade. Currículo sem Fronteiras 2001; 1:81-95
GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 182 p. ISBN 9788532613158.
LAFER, Betty Mindlin. Planejamento no Brasil. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1975. 187 p.
MATUS, C. O plano como aposta. São Paulo em perspectiva. p. 28 - 42. Out. Dez, 1991
REZENDE, D. Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual . Rev. Adm. Pública vol.41 no.2 Rio de Janeiro Mar./Apr. 2007
REZENDE, D. Planejamento Estratégico público ou privado: guia para projetos em organização de governo ou negócios. São Paulo: Atlas, 2012.
RIBEIRO, R., BLIANCHERIENE, A. Construindo o Planejamento Público: buscando a integração entre política, gestão e participação popular. São Paulo, Atlas, 2013.
SANTOS, Ailton Dias dos. Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. São Paulo: Ed. Fundação Peiropólis, 2005. 186 p

Plano de Ensino

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública		
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI		
Disciplina: Sociologia		**Código:** 1SOCIOL
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2018/1	
Professor: POMPILIO LOCKS FILHO	**Contato:** lockspompilio@gmail.com	

Ementa

A emergência da sociologia e seus antecedentes; conceitos básicos de sociologia; as relações entre sociologia geral e outras disciplinas; as teorias sociológicas; a crise da sociologia ocidental; autores clássicos da sociologia e a sua importância para o estudo da administração pública e governança; o método da redução sociológica, o fato social e a ação administrativa; a visão de autores contemporâneos de sociologia sobre as relações entre estado, sociedade e comunidade.

Objetivo geral

Apresentar as origens e principais conceitos da disciplina sociológica, discutindo seu caráter científico, seus métodos de pesquisa e sua relação com a administração pública;

Objetivo específico

1. Analisar a importância da sociologia para a compreensão de problemas sociais contemporâneos e para a elaboração de formas de ação coletiva e individual.
2. Discutir a importância e a aplicação de conhecimentos sociológicos nas ações de administração pública.

Conteúdo programático

Contextualização e noções gerais da sociologia.

As origens da sociologia: Revolução Industrial, Revolução Francesa e Revolução Científica.

Teorias e conceitos básicos I: Auguste Comte e o positivismo.

Teorias e conceitos básicos II: Émile Durkheim, fato social e divisão do trabalho.

Teorias e conceitos básicos III: Karl Marx, classes sociais e modo de produção capitalista.

Teorias e conceitos básicos IV: Max Weber, ação social, racionalização e burocracia.

Sociologia contemporânea: teorias, métodos e crise.

Plano de Ensino

Sociologia e administração pública no Brasil: a redução sociológica.

Temas de sociologia e administração pública.

Relações entre Estado, sociedade e comunidade.

Metodologia

No desenvolvimento da programação, utilizaremos uma combinação de técnicas de ensino enfatizando a participação dos alunos:
- Aulas expositivas e dialogadas.
- Leitura dirigida de material bibliográfico designado previamente.
- Análise de materiais audiovisuais.
- Discussão e leitura de fontes contemporâneas (entrevistas e notícias).
- Grupos de discussão sobre as temáticas da aula.
- Seminários, trabalhos individuais e em grupos.

Para atendimento, marcar horário através do e-mail indicado.

Sistema de avaliação

A composição da nota final e as avaliações serão feitas através dos seguintes procedimentos:
- 50% = Duas provas (cada uma representa 25% da nota final)
- 45% = Trabalhos
- 5% = Participação em aula

Bibliografia básica

ARON, R. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
BAUMANT, Zygmunt; MAY, Tim. Aprendendo a pensar com a sociologia. Zahar, 2010.
BERGER, Peter. Perspectivas Sociológicas - uma visão humanística. Editora Vozes, 2004.
DIAS, Reinaldo. Fundamentos da sociologia geral. Campinas: Alínea, 2011.
MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia?. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
SELL, Carlos Eduardo. Sociologia clássica: Durkheim, Weber e Marx. 3.ed. Itajaí: Ed. Univali, 2004.

Bibliografia complementar

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência. São Paulo: Editora 34, 2016.
DOMINGUES, José Maurício. Teorias sociológicas do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. (Várias edições)
WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Ed. da UNB, 2004.
WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. (Várias edições)
MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia. 38.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O manifesto do Partido Comunista. (Várias edições)
MORAES FILHO, Evaristo de. Comte. 3.ed. São Paulo: Ática, 1989.
RODRIGUES, José Albertino. Durkheim. São Paulo: Ática, 2004.
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Sociologia geral. 7ª ed, Atlas, 1999.
CAPELARI, Mauro G.G.; AFONSO, Yeda; GONÇALVES, Andréia. Alberto Guerreiro Ramos: contribuições da redução sociológica para o campo científico da administração pública no brasil. RAM, Rev. Adm. Mackenzie, vol.15, nº 6, São Paulo, 2014.

Plano de Ensino

CARVALHO, Jose Murilo. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Dados, vol. 40, n. 2, 1997.
CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
NUNES, Edson de Oliveira. A gramática política do Brasil. Clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública		
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI		
Disciplina: Sociologia		**Código:** 1SOCIOL
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2018/1	
Professor: POMPILIO LOCKS FILHO	**Contato:** lockspompilio@gmail.com	

Ementa

A emergência da sociologia e seus antecedentes; conceitos básicos de sociologia; as relações entre sociologia geral e outras disciplinas; as teorias sociológicas; a crise da sociologia ocidental; autores clássicos da sociologia e a sua importância para o estudo da administração pública e governança; o método da redução sociológica, o fato social e a ação administrativa; a visão de autores contemporâneos de sociologia sobre as relações entre estado, sociedade e comunidade.

Objetivo geral

Apresentar as origens e principais conceitos da disciplina sociológica, discutindo seu caráter científico, seus métodos de pesquisa e sua relação com a administração pública;

Objetivo específico

1. Analisar a importância da sociologia para a compreensão de problemas sociais contemporâneos e para a elaboração de formas de ação coletiva e individual.
2. Discutir a importância e a aplicação de conhecimentos sociológicos nas ações de administração pública.

Conteúdo programático

Contextualização e noções gerais da sociologia.

As origens da sociologia: Revolução Industrial, Revolução Francesa e Revolução Científica.

Teorias e conceitos básicos I: Auguste Comte e o positivismo.

Teorias e conceitos básicos II: Émile Durkheim, fato social e divisão do trabalho.

Teorias e conceitos básicos III: Karl Marx, classes sociais e modo de produção capitalista.

Teorias e conceitos básicos IV: Max Weber, ação social, racionalização e burocracia.

Sociologia contemporânea: teorias, métodos e crise.

Plano de Ensino

Sociologia e administração pública no Brasil: a redução sociológica.

Temas de sociologia e administração pública.

Relações entre Estado, sociedade e comunidade.

Metodologia

No desenvolvimento da programação, utilizaremos uma combinação de técnicas de ensino enfatizando a participação dos alunos:
- Aulas expositivas e dialogadas.
- Leitura dirigida de material bibliográfico designado previamente.
- Análise de materiais audiovisuais.
- Discussão e leitura de fontes contemporâneas (entrevistas e notícias).
- Grupos de discussão sobre as temáticas da aula.
- Seminários, trabalhos individuais e em grupos.

Para atendimento, marcar horário através do e-mail indicado.

Sistema de avaliação

A composição da nota final e as avaliações serão feitas através dos seguintes procedimentos:
- 50% = Duas provas (cada uma representa 25% da nota final)
- 45% = Trabalhos
- 5% = Participação em aula

Bibliografia básica

ARON, R. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
BAUMANT, Zygmunt; MAY, Tim. Aprendendo a pensar com a sociologia. Zahar, 2010.
BERGER, Peter. Perspectivas Sociológicas - uma visão humanística. Editora Vozes, 2004.
DIAS, Reinaldo. Fundamentos da sociologia geral. Campinas: Alínea, 2011.
MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia?. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
SELL, Carlos Eduardo. Sociologia clássica: Durkheim, Weber e Marx. 3.ed. Itajaí: Ed. Univali, 2004.

Bibliografia complementar

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência. São Paulo: Editora 34, 2016.
DOMINGUES, José Maurício. Teorias sociológicas do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. (Várias edições)
WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Ed. da UNB, 2004.
WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. (Várias edições)
MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia. 38.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O manifesto do Partido Comunista. (Várias edições)
MORAES FILHO, Evaristo de. Comte. 3.ed. São Paulo: Ática, 1989.
RODRIGUES, José Albertino. Durkheim. São Paulo: Ática, 2004.
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Sociologia geral. 7ª ed, Atlas, 1999.
CAPELARI, Mauro G.G.; AFONSO, Yeda; GONÇALVES, Andréia. Alberto Guerreiro Ramos: contribuições da redução sociológica para o campo científico da administração pública no brasil. RAM, Rev. Adm. Mackenzie, vol.15, nº 6, São Paulo, 2014.

Plano de Ensino

CARVALHO, Jose Murilo. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Dados, vol. 40, n. 2, 1997.
CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
NUNES, Edson de Oliveira. A gramática política do Brasil. Clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SANTA CATARINA
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
Universidade do Estado de Santa Catarina - Balneário Camboriú - UDESC/CESFI

HISTÓRICO ESCOLAR

Aluno

KAUANNA TRAVASSOS YAMASSAKI

Instituição

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina
Avenida Madre Benvenuta, 2037 - Bairro Itacorubi - 88035901 - Florianópolis - SC
Reconhecida pela Portaria Número 893 - MEC, de 11/11/1985, publicada no DOU em 26/11/1985

UDESC/CESFI - Universidade do Estado de Santa Catarina - Balneário Camboriú
Av. Lourival Cesario Pereira, s/n - Bairro Nova Esperança - 88336275 - Balneário Camboriú - SC

Curso

Curso: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Reconhecido pelo(a) Decreto nº 1.576 de 16/04/2018, publicado no Publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina n.º 20750 em 14/04/2018

Situação acadêmica

Matrícula: 7122011845 Currículo: GVP241 Situação atual: Trancado em 27/02/2024

Dados pessoais

Nacionalidade: Brasileira
Local de Nascimento: Curitiba - PR
Data de Nascimento: 21/08/1990
CPF: 06904321946
Documento de Identidade/Órgão Emissor: 9.061.441-0/SSP/PR

Ensino médio/Ensino superior

Estabelecimento: Colégio Estadual Conselhiero Zacarias
Curso: Ensino Médio
Ano conclusão: 2017 Local: Curitiba - PR

Dados do ingresso

Forma de ingresso: SISU
Ano/semestre ingresso: 2018/1
Ano/mês processo seletivo:

HISTÓRICO ESCOLAR

Aluno

KAUANNA TRAVASSOS YAMASSAKI

DISCIPLINAS CURRICULARES

Fase	Código	Descrição da disciplina	Sem.	Nota	% Freq.	Equiv.	Caráter	C.H.	Créd.	Resultado
1	1DIRADMPUB72	Noções de Direito para o Administrador Público	2018/1	8,6	100	1DIRCON	OB	72	4	Aprovado
1	1INTADMPUB72	Introdução à Administração Pública	2018/1	8,5	94	1ADMPUB	OB	72	4	Aprovado
1	1MATEMAT72	Matemática	2018/1	9,8	89	1MATEMA	OB	72	4	Aprovado
1	1METPES72	Metodologia da Pesquisa	2018/2	8,20	96		OB	72	4	Aprovado
1			2018/2	9,3	94	2RIGPUB	OB	36	2	Aprovado
1			2018/2	7,1	97	2METCIE	OB	36	2	Aprovado
1			2018/2	8,20	94		OB	72	4	Aprovado
1			2018/2	8,20	97		OB	72	4	Aprovado
1	1SOCIPOL72	Sociologia Política	2018/1	9,6	92	1SOCIOL	OB	72	4	Aprovado
2	2COMPORG72	Comportamento Organizacional	2018/2	8,8	83	2PSICSO	OB	72	4	Aprovado
2	2ESTAT172	Estatística I	2018/2	8,3	89	2ESTATI	OB	72	4	Aprovado
2	2ESTRUTORG72	Gestão de Processos e Estruturas Organizacionais					OB	72	4	A cursar
2	2FUNDTEOECO72	Fundamentos da Teoria Econômica					OB	72	4	A cursar
2	2TEOADMPUB72	Teorias de Administração Pública	2018/2	8,0	99	2TEAPUB	OB	72	4	Aprovado
3	3ADMPUBGOV72	Administração Pública e Governança	2018/1	9,5	94	1FILOET	OB	72	4	Aprovado
3	3CIENCIPOL72	Ciência Política e Democracia	2019/1	8,5	83	3CIENPO	OB	72	4	Aprovado
3	3CONTPUB72	Contabilidade Pública	2019/2	8,9	81	4CONPUB	OB	72	4	Aprovado
3	3FINPUB72	Finanças Públicas	2018/2	7,7	81	2FINPUB	OB	72	4	Aprovado
3	3PLANPUB72	Planejamento Público	2019/1	7,5	94	3PLAREC	OB	72	4	Aprovado
4	4GESCONLID72	Gestão de conflitos e liderança	2019/2	8,7	78	4FIFORM	OB	72	4	Aprovado
4	4GOVMUN72	Governança Pública Municipal	2019/2	7,9	78	4GOVPM1	OB	72	4	Aprovado
4	4GOVSOCDEM72	Governo, sociedade civil e democracia					OB	72	4	A cursar
4	4INSTPOLBR72	Instituições Políticas Brasileiras	2019/1	8,0	94	3DIRADM	OB	72	4	Aprovado
4	4ORCPUB72	Orçamento Público	2019/1	7,9	78	3ORCPUB	OB	72	4	Aprovado
5	5ESTAGIO	Estágio Curricular Supervisionado					ESD	288	16	A cursar
5	5GOVPUBREG72	Governança Pública Regional					OB	72	4	A cursar
5	5MARKPUB72	Marketing no setor público					OB	72	4	A cursar
5	5ORGSOC72	Gestão de Organizações da Sociedade Civil					OB	72	4	A cursar
5	5PROJPUB72	Gestão de Projetos Públicos					OB	72	4	A cursar
5	5PUBSEMFINS72	Gestão estratégica de pessoas em organizações públicas e sem fins lucrativos	2019/2	8,5	92	4RETRAB	OB	72	4	Aprovado

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SANTA CATARINA
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
Universidade do Estado de Santa Catarina - Balneário Camboriú - UDESC/CESFI

H I S T Ó R I C O E S C O L A R

Aluno

KAUANNA TRAVASSOS YAMASSAKI

6	6ACCOUNT72	Práticas de accountability no setor público					OB	72	4	A cursar
6	6COMPRAS72	Gestão de compras públicas e contratos					OB	72	4	A cursar
6	6ECOINOV72	Economia da Inovação					OB	72	4	A cursar
6	6GOVAMBTER72	Governança Ambiental e Territorial	2019/2	7,1	83	4REGSUS	OB	72	4	Aprovado
6	6POLIPUB72	Políticas Públicas	2020/1	7,5	89	5POLPUB	OB	72	4	Aprovado
7	7GOVABERTO72	Governo Aberto e Transformação Digital					OB	72	4	A cursar
7	7IMPLEPP72	Implementação de Políticas Públicas					OB	72	4	A cursar
7	7INOVAÇÃO72	Inovação no setor público					OB	72	4	A cursar
7	7TDPPC72	Tomada de decisão e problemas públicos complexos					OB	72	4	A cursar
8	TOPADMGOVI72	Tópicos Especiais em Administração e Governança Pública I	2020/1	8,7	89	5EDUSEN	OP	72	4	Aprovado
		Média curriculares cursadas -->		8,4		**Totais curric.**		**1512**	**84**	

DISCIPLINAS NÃO CURRICULARES

Sem. Reg.	Código	Descrição da disciplina	Cursada em	Nota	C.H.	Créd.	Resultado	IES
2018/1	1TICGOV	Tecnologia Básica de Informação e de Comunicação na Governança Pública	2018/1	9,6	72	4	Aprovado	UDESC/CESFI
2019/1	ANPTE36	Análise e Produção Textual	2019/1	7,0	36	2	Aprovado	UDESC/CESFI
2019/1	ANPTEXT	Análise e Produção Textual	2019/1	7,0	72	4	Aprovado	CESFI/UDESC
			Totais não curriculares -->		180	10		

Atividades de extensão

Não há registros de atividades de extensão

Atividades

Não há registros de atividades complementares

Exame nacional de desempenho dos estudantes

no ano de 2018 como Ingressante.
Estudante dispensado de realização do ENADE, em razão do calendário trienal nos anos de: 2019, 2020, 2021, 2022, 2023.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Situação atual	Trancado em 27/02/2024	**Sem. início contagem**	2018/1
Sem. ingresso	2018/1	**Trancamentos de matrícula em**	2020/2 - 2021/1 - 2023/1 - 2024/1
Forma ingresso	SISU	**Sem. prorrogados**	Nenhum
Sem. afastado outra IES	Nenhum	**Abandono de curso em**	2021/2 - 2022/1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SANTA CATARINA
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
Universidade do Estado de Santa Catarina - Balneário Camboriú - UDESC/CESFI

H I S T Ó R I C O E S C O L A R

Aluno

KAUANNA TRAVASSOS YAMASSAKI

Sem. matrícula suspensa	Nenhum	**Sem. matrícula sem disciplinas**	
Sem. limite conclusão	2027/2		

ESTATÍSTICAS CURRICULARES: GVP241

Caráter das Disciplinas	Créditos cursados		Créditos a cursar		Créditos exigidos	
	Número	%	Número	%	Número	%
Ativ. Complementar	0.00	0,00	8.00	100,00	8	100,00
Estágio(Discip.)	0.00	0,00	16.00	100,00	16	100,00
Obrigatória	80.00	58,82	56.00	41,18	136	100,00
Optativa	4.00	33,33	8.00	66,67	12	100,00
TCC (Disciplina)	0.00	0,00	24.00	100,00	24	100,00
Unidade Curricular de Extensão Não Vinculada	0.00	0,00	4.00	100,00	4	100,00
Totais aproveitados do currículo	84	42,00	116	58,00	200	100,00

Ementas: Apenas das disciplinas cursadas na UDESC.

Administração Pública e Governança - 72 horas

Administração Pública: conceito, fundamentos e trajetória histórica. A esfera pública e a produção do bem público. A importância da cidadania e da democracia para a administração pública. As diversas estratégias para a produção do bem público: a burocracia pública, o mercado e as suas organizações, a coprodução em rede com a participação da comunidade e do cidadão. Os principais modelos de administração pública. A definição do interesse público. Governança pública: contexto histórico em que foi desenvolvida. Conceitos de governança pública. Principais teorias sobre governança pública. Governança pública e os modelos de administração pública. Governança como uma rede difusa que produz os serviços públicos. A governança e os tipos de coprodução do bem público. A coordenação governamental dos processos de governança pública. Políticas, participação política e governança pública.

Análise e Produção Textual - 36 horas

Considerada a língua como um organismo em permanente movimento, estabelecer algumas discussões acerca dos procedimentos que possibilitam conferir correção à produção textual. O texto. O parágrafo como unidade de composição. Coesão e coerência. Uso dos verbos. A necessidade de planejar trabalhos de transcodificação do visual para a escrita e dos escritos para o visual, estático ou cinético. Exame de textos críticos sobre literatura, cinema, imagens, etc.

Ciência Política e Democracia - 72 horas

A política, conceito clássico e moderno. Os pensadores clássicos gregos. A democracia e as suas diferentes formas. A participação como essência da democracia. A comunidade. A influência de Machiavel. As formas de governo. O estado e a sociedade como fenômenos modernos. Os partidos políticos. Os regimes políticos. A representação. A dominação, poder e legitimidade. O modelo liberal do estado. O Welfare State e a transformação do liberalismo. O retorno à comunidade e a importância política da governança pública. As manifestações em prol da democracia e os movimentos sociais. O futuro da democracia.

Contabilidade Pública na Administração Pública Municipal - 72 horas

Receita e despesa pública. Campo de aplicação da contabilidade pública à administração municipal. Lançamentos contábeis. Plano de Contas. Balanços. Inventário. Patrimônio público municipal. Análise. Controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial no município. Fiscalização Financeira e Orçamentária. Dívida Pública do município. A legislação aplicável à gestão orçamentária e patrimonial do Município. Lei de Responsabilidade Fiscal e relatórios aplicados ao município. RREO e RGFs .

HISTÓRICO ESCOLAR

Aluno

KAUANNA TRAVASSOS YAMASSAKI

Ementas: Apenas das disciplinas cursadas na UDESC.

Direito Administrativo - 72 horas

Direito Administrativo: conceito, fundamentos, princípios da administração pública; processo administrativo. Evolução do Direito Administrativo. Poderes e deveres do administrador público. Regime jurídico administrativo. Atos administrativos. Procedimentos administrativos. Responsabilidade civil da administração pública. Crimes contra a administração pública.

Direito Constitucional - 72 horas

Teoria Geral do Direito. Constituição como um sistema de princípios e normas. O Direito Constitucional: conceito e espécies de constituição, princípios fundamentais, direitos e garantias fundamentais, organização do Estado. Evolução e características das Constituições Brasileiras. A Constituição de 1988: origem, tipologia e comparação com as demais Constituições Brasileiras.

Educação e Sensibilização Ambiental - 72 horas

A relação natureza e desenvolvimento. A valoração do meio ambiente. Conceitos básicos em gestão ambiental. Licenças ambientais. Impactos ambientais. Passivo ambiental. Redução de resíduos, coleta, classificação e descarte de resíduos. Tecnologias não agressivas. Crimes ambientais, Norma ISO 14001. Sistema de Gestão Integrada (SMS).

Estatística - 72 horas

Áreas de estudo da estatística. População e Amostra. Distribuição de frequências. Representações gráficas. Medidas de tendência e dispersão. Probabilidade. Análise Exploratória de Dados. Análise Bidimensional. Contingência. Dispersão. Correlação. Regressão. Séries Temporais. Testes de hipóteses. Números índices.

Filosofia e Ética - 72 horas

Fundamentos da filosofia: a questão do conhecimento e da argumentação. O espaço público e o espaço privado. Fundamentos filosóficos da moral. Teorias morais: ética das virtudes, ética utilitarista e deontológica. Ética, ciência e tecnologia. Ética e Política, Ética e Economia. Ética aplicada: bioética, ética ambiental e ética profissional. Código de ética do administrador. Conceitos de justiça.

Finanças Públicas - 72 horas

Finanças públicas: teorias, conceitos, evolução. Finanças públicas no Brasil. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas. Tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, déficits e dívida pública. Política fiscal e distribuição de renda. Reforma tributária e federalismo. Finanças pública locais. Política fiscal nos estados e municípios.

Governança Pública Municipal e Regional I - 72 horas

Origem do Município. A organização do Município. O Poder Legislativo. O Poder Executivo Municipal. Competência Municipal. A relação do município com os poderes da esfera estadual e federal. Meios de Ação Municipal. Servidores municipais. Administração dos bens municipais. Serviços públicos municipais. Poder de Polícia Municipal. Controle das Funções Municipais. Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores. A participação e o poder local. As estratégias de produção dos serviços públicos na esfera do município e por meio de consórcios regionais. As formas de governança para a coprodução dos serviços prestados ao cidadão no município e na Região.

Liderança e Formação de Redes na Governança Pública - 72 horas

Principais conceitos sobre liderança e redes. Os diversos estudos sobre liderança. As tipologias de liderança. As semelhanças e diferenças entre liderança nas organizações formais públicas e na governança pública. A liderança transformadora e a governança pública. A Liderança e as redes que produzem o serviço público em sistemas de governança pública. As teorias de redes. Estrutura, funcionamento e propriedades das redes. Desenvolvimento de Redes Sociais. Métodos e técnicas da análise de redes sociais. Democracia e cidadania na formação de redes sociais. A liderança de movimentos sociais. A reconceituação de cidadania e a emergência de espaços públicos e não estatais, As redes não formais na comunidade. A liderança e a formação de redes intermunicipais e estaduais. As parcerias e consórcios. Redes sociais locais, regionais no Brasil e na

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SANTA CATARINA
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
Universidade do Estado de Santa Catarina - Balneário Camboriú - UDESC/CESFI

H I S T Ó R I C O E S C O L A R

Aluno

KAUANNA TRAVASSOS YAMASSAKI

Ementas: Apenas das disciplinas cursadas na UDESC.

Matemática - 72 horas

Funções: gráficos, inversão e composição. Retas: equações, posições relativas e aplicações na administração. Introdução ao estudo de aplicação de matrizes.

Metodologia Científica e da Pesquisa - 36 horas

A Pesquisa científica e a produção de conhecimento científico. Relevância da pesquisa científica. A pesquisa científica em cursos de Administração: abordagens, tipos e orientações metodológicas. O projeto de pesquisa: tipos e as etapas para elaboração, desenvolvimento, análise e apresentação dos resultados. Informática e Internet como instrumentos da pesquisa científica. Fontes de financiamento de projetos de pesquisa.

Orçamento Público para a Governança Pública Municipal e Regional - 72 horas

Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária (LOA). O ciclo orçamentário. Elaboração do orçamento. Execução orçamentária e financeira: Controle da execução orçamentária: Controle Interno e Externo. Créditos adicionais. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo nos municípios. Lei de Responsabilidade Fiscal aplicada à administração municipal.

Planejamento e Alocação de Recursos em Governança Pública - 72 horas

Planejamento e políticas públicas. Evolução do Planejamento no Brasil. Planejamento de órgãos públicos. Dimensão estratégica e operacional do planejamento público em sistemas de governança pública. Teorias e modelos de planejamento governamental. Avaliação e acompanhamento como parte do processo de planejamento. Construção de indicadores de monitoramento e avaliação. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento. Planejamento governamental no Brasil contemporâneo. Concepção, estrutura e sistema do PPA. Engajamento democrático. Metodologias de planejamento participativo em governança pública.

Políticas Públicas e Regionalidade - 72 horas

Política pública, conceitos e áreas de estudo. Origens dos estudos sobre política pública. Campos de estudo da política pública. Principais teorias e abordagens. A tomada de decisões em política pública. Principais momentos do processo de política pública. a agenda, formulação, tomada de decisão política, implementação e avaliação. A mudança e política pública. Os estudos sobre regionalidade e a política pública. A prática da política pública e a regionalidade.

Psicologia Social - 72 horas

A psicologia social: conceitos e diferentes perspectivas de estudo; a psicologia social, origens, conceitos, métodos e área de abrangência e aplicação; o homem na sociedade; a interação social; o pensamento grupal, a cognição social, a conformidade, a persuasão, a formação dos estereótipos, a comunicação de massa e influência social, os apelos da mídia e o comportamento coletivo; conflito grupal e dissonância cognitiva; a construção social da realidade.

Regionalidade, Sustentabilidade e Desenvolvimento de Territórios - 72 horas

Território e os fundamentos do desenvolvimento sustentável. Território: conceitos e teorias de espaço. Perspectiva estratégica do desenvolvimento e da qualificação territorial. O território como espaço de mudança. A construção de identidade e cidadania. A confiança, redes, solidariedade e cooperação como fatores do capital social para o desenvolvimento de territórios. A Governança do território e a sustentabilidade.

Relações de Trabalho em Organizações Públicas Municipais e Sociais - 72 horas

As organizações e a administração de pessoas. Evolução da administração de pessoas. Funções Administrativas e operacionais de administração de pessoas. Desafios da gestão de pessoas. Cargos e salários e a estrutura formal da administração de pessoas nas organizações públicas e nas organizações sociais e do terceiro setor. A governança pública. As organizações menos hierarquizadas e a gestão de pessoas. Educação e treinamento das pessoas para a ação de governança. Metodologias aplicadas nos processos de avaliações de desempenho profissional. Estruturação dos Cargos e Funções no Setor Público. Prêmios e Recompensas. O comportamento humano nas organizações. O modelo explicativo do comportamento. Teorias da motivação no trabalho. Valores humanos e motivação: o significado do trabalho. Cultura organizacional: conceitos elementos e importância. A governança pública e a nova visão da administração de pessoas. O perfil e competências do administrador público para a

HISTÓRICO ESCOLAR

Aluno

KAUANNA TRAVASSOS YAMASSAKI

Ementas: Apenas das disciplinas cursadas na UDESC.

Relações de Trabalho em Organizações Públicas Municipais e Sociais - 72 horas

sistemas de governança pública.

Relações Interinstitucionais na Governança Pública - 36 horas

Conceitos básicos. As relações interinstitucionais como estratégia de governança pública. As relações interinstitucionais, a coordenação e a liderança de redes de produção dos serviços públicos. O poder e o simbólico na liderança e nas relações interinstitucionais. As estratégicas nas relações interinstitucionais públicas, privadas e do terceiro setor. A comunidade, o interesse público e as relações interinstitucionais no nível local e regional. As relações interinstitucionais nas diversas esferas de poder público e a governança pública. Relações interinstitucionais formais nos três níveis do governo brasileiro.

Sociologia - 72 horas

A emergência da sociologia e seus antecedentes; conceitos básicos de sociologia; as relações entre sociologia geral e outras disciplinas; as teorias sociológicas; a crise da sociologia ocidental; autores clássicos da sociologia e a sua importância para o estudo da administração pública e governança; o método da redução sociológica, o fato social e a ação administrativa; a visão de autores contemporâneos de sociologia sobre as relações entre estado, sociedade e comunidade.

Tecnologia Básica de Informação e de Comunicação na Governança Pública - 72 horas

Conceitos de infra-estrutura de tecnologia da informação e comunicação - tic. Utilização dos sistemas de apoio à aprendizagem. Sistemas de busca de informações científicas. Conceitos de sistemas operacionais. Uso de editores de textos aplicado à administração. Uso de planilhas de cálculo aplicadas à administração. Uso de softwares proprietários e abertos. Modelos de Governança de TI.

Teorias de Administração Pública - 72 horas

A abrangência do campo e das teorias de administração pública. As diversas ciências que servem de base para a teorização da administração pública. Os pensadores que formam a base epistemológica para as diferentes abordagens da administração pública. A contribuição de Guerreiro Ramos para a teoria das organizações públicas. A dicotomia entre política e administração pública. O modelo ideal e sua relação com a realidade. O modelo dos negócios para a burocracia pública: a burocracia. O modelo racional de organização e as suas diversas teorias aplicadas à administração pública. A proposta da nova administração pública. O surgimento e declínio da nova gestão pública: o modelo de mercado. As grandes mudanças e o seu impacto na teoria da administração pública. A era da participação. O novo serviço público: o modelo político. Os desafios para a implantação do Novo Serviço Público. O profissional da administração pública e as perspectivas teóricas para a prática da administração pública.

Sistema de Avaliação:

A frequência mínima para aprovação é de 75%.
A avaliação é expressa numericamente em escala de 0 (zero) a 10 (dez), do seguinte modo:
I - para aprovação a média semestral é 7,0;
II - o aluno que não obtiver a média semestral 7,0 estará, obrigatoriamente, em exame, devendo atingir a média final de, no mínimo, 5,0, para aprovação.

Legenda:

AC = Atividade Complementar C.H. = Carga Horária Créd. = Crédito EL = Eletiva	Freq. = Frequência IES = Instituição de Ensino Superior OB = Obrigatória OP = Optativa ES = Estágio Supervisionado	Sem. = semestre TCC = Trabalho de Conclusão de Curso

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública		
Departamento: CESFI-EPET - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PETROLEO CESFI		
Disciplina: Análise e Produção Textual		**Código:** ANPTE36
Carga horária: 36	**Período letivo:** 2019/1	
Professor: DANIEL LUIS CIDADE GONCALVES	**Contato:** daniel.cidade@gmail.com	

Ementa

Considerada a língua como um organismo em permanente movimento, estabelecer algumas discussões acerca dos procedimentos que possibilitam conferir correção à produção textual. O texto. O parágrafo como unidade de composição. Coesão e coerência. Uso dos verbos. A necessidade de planejar trabalhos de transcodificação do visual para a escrita e dos escritos para o visual, estático ou cinético. Exame de textos críticos sobre literatura, cinema, imagens, etc.

Objetivo geral

Investigar e compreender os diferentes tipos e gêneros textuais, com foco nas dissertações expositivas e argumentativas, no desenvolvimento de narrativas e na elaboração de resumos e resenhas. Análise de textos e discursos, tendo como foco principal o desenvolvimento da habilidade de escrever corretamente, com clareza, coesão, de maneira lógica e adequada aos diferentes contextos em que a escrita se apresenta como necessária.

Objetivo específico

3. Compreensão sistêmica das necessidades textuais acadêmicas, voltadas à monografias, resenhas e artigos acadêmicas, com foco tanto na produção textual quanto na constituição estrutural das modalidades em questão.

Conteúdo programático

1 - Introdução a análise textual: a leitura como ferramenta.
2 - Os diferentes tipos e gêneros textuais.
3 - Desenvolvimento das habilidades dissertativas e narrativas.
4 - Figuras de linguagem e ferramentas lógicas.
5 - Tipos de introdução, desenvolvimento e conclusão.
6 - Coesão textual, pontuação, parágrafo e coerência.
7 - Análise discursiva e o texto como um processo comunicativo.

Metodologia

As aulas serão teóricas e práticas. Em um primeiro momento das aulas serão expostas as habilidades a serem adquiridas analiticamente para, em seguida, desenvolvermos uma atividade na qual essa habilidade será testada. Através das atividades produzidas as dificuldades dos alunos serão diagnosticadas de modo que será possível direcionar algumas aulas ao aprimoramento daquilo que se encontra problemático.

Sistema de avaliação

Plano de Ensino

Exercícios intra e extraclasse: Os alunos deverão ler e analisar textos sugeridos pelo professor (ou que sejam de seu interesse), de modo que a participação e o comprometimento com tais atividades serão avaliados pelo professor.
Produções textuais: Ao longo das aulas serão feitas pequenas atividades práticas para diagnosticar e desenvolver a habilidade de escrita, tais como a elaboração de dissertações, narrativas, resumos e resenhas.
Artigo final: O aluno/a deverá apresentar um artigo final como teste final de suas habilidades de escrita.

Bibliografia básica

GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 19. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A coesão textual. 20. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Argumentação e linguagem. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Bibliografia complementar

BECHARA, Evanildo. O que muda com o novo Acordo Ortográfico. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A interação pela linguagem. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2004. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça;
TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A coerência textual. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública		
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI		
Disciplina: Finanças Públicas		**Código:** 2FINPUB
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2018/2	
Professor: ADILSON GIOVANINI	**Contato:** adilson.giovanini@udesc.br	

Ementa

Finanças públicas: teorias, conceitos, evolução. Finanças públicas no Brasil. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas. Tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, déficits e dívida pública. Política fiscal e distribuição de renda. Reforma tributária e federalismo. Finanças pública locais. Política fiscal nos estados e municípios.

Objetivo geral

Compreender a necessidade e evolução da intervenção do Estado na economia sob a ótica da política fiscal e do orçamento público.

Objetivo específico

Compreender as diferentes teorias e argumentos científicos favoráveis e contrários à intervenção do Estado na economia. Conhecer os fundamentos que embasam a política fiscal e a provisão de bens públicos. Entender o modo como a política fiscal interage com o orçamento público. Compreender a evolução histórica das formas e instrumentos de intervenção do estado na economia brasileira. Conhecer a estrutura de receitas e despesas orçamentárias do estado. Analisar a evolução histórica dos instrumentos de arrecadação tributária do estado brasileiro. Conhecer a compreender o modo como surgiram os instrumentos de acompanhamento do orçamento público. Compreender as limitações e imbricações acarretadas pela composição atual do sistema tributário nacional. Conhecer as reformas realizadas a partir da década de 1990 e o modo como elas contribuíram para a geração de um ambiente de maior estabilidade fiscal. Conhecer, ordenar, debater e analisar a situação atual das finanças públicas federais estaduais e municipais. Conhecer e debater a situação atual das finanças públicas nacionais, interpretações e possíveis caminhos futuros.

Conteúdo programático

I- Introdução ao Estudo das Finanças Públicas
1.1 - A lei da oferta e a lei da demanda
1.2 - O equilíbrio de mercado e o estado como gerador de perda de bem estar.

II - A TEORIA DE FINANÇAS PÚBLICAS E A NECESSIDADE DO ESTADO
2.1 - As falhas de mercado e a necessidade de intervenção do estado
2.2 - O problema dos bens públicos e a necessidade do estado para a geração de bem estar social

III - AS FUNÇÕES DO ESTADO MODERNO E AS DIFERENTES FORMAS DE ATUAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO
3.1 - As funções do estado
3.2 - O estado nacional-desenvolvimentista e as especificidades de atuação do estado em território nacional
3.3 - Evolução histórica das formas de atuação do estado nacional desenvolvimentista

IV - EVOLUÇÃO DOS GASTOS DO ESTADO E OS MODELOS MACROECONÔMICOS DE DESENVOLVIMENTO
4.1 - A evolução dos gastos do estado e as diferentes teorias que buscam explicar o seu comportamento
4.2 - Modelo de desenvolvimento e crescimento dos gastos

V - TRIBUTAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO DOS TRIBUTOS, INCIDÊNCIA, CLASSIFICAÇÃO DOS DÉFICITS PÚBLICOS E EVOLUÇÃO DA

Plano de Ensino

CARGA TRIBUTÁRIA
5.1 - Formas de financiamento do déficit público e princípios de tributação
5.2 - Classificação dos tributos e incidência
5.3 - Conceitos de Déficit público e evolução da tributação no Brasil

VI - AJUSTE FISCAL E PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO
6.1 - Planejamento orçamentário
6.2 - Ajuste fiscal e as reformas recentes do sistema tributário
6.3 - Evolução da carga tributária e as limitações do sistema tributário nacional

VII - FEDERALISMO, FINANÇAS PÚBLICAS LOCAIS E FINANÇAS PÚBLICAS NA ATUALIDADE
7.1 - Federalismo, finanças públicas locais e os entraves à reforma tributária
7.2 - As finanças públicas recentes e os diferentes diagnósticos e caminhos possíveis

Metodologia

Aulas expositivas;
Leitura e preparação de textos para debate e apresentação;
Realização de atividades e exercícios em sala de aula;
Apresentação de trabalhos em grupos.

Sistema de avaliação

Prova 1 35% Prova escrita aplicada até a 10ª semana do semestre letivo
Prova 2 35% Prova escrita aplicada até a 18ª semana do semestre letivo
Trabalho em grupo 20% Trabalho escrito entregue até o dia 15 de novembro
Exercícios 10% Solução dos exercícios propostos em sala de aula
Obs.: a) As provas compreenderão todo o conteúdo da disciplina exposto até a data da sua realização;
b) No caso de não comparecimento para a realização da prova é obrigatório formalizar o requerimento de realização de uma segunda prova

UNIDADES DE ENSINO Carga horária Aula Bibliografia principal DATA
Apresentação da disciplina, professor e alunos 2 horas/aula Aula 01 - 14/08/18
A lei da oferta, lei da demanda, equilíbrio de mercado e ótimo de Pareto 2 horas/aula Aula 2 - 14/08/18
Falhas de Mercado e Finanças Públicas 4 horas/aula Aula 3 e 4 Cap 1- Giambiagi e Além
21/08/18
Teoria dos bens sociais 4 horas/aula Aula 5 e 6 Caps 1 e 15 - Giambiagi e Além
28/08/18
Funções Econômicas de governo 4 horas/aula Aula 7 e 8 Cap 13 - Giambiagi e Além
04/09/18
A economia política do Ajuste Fiscal 4 horas/aula Aula 9 e 10 Cap 13 - Giambiagi e Além 11/09/18
Atividade online: Os planos de desenvolvimento industrial e do Estado de Santa Catarina.
Discussão do trabalho a ser entregue 4 horas/aula Aula 11 e 12 Cap 18 - Silva

Federalismo Fiscal 4 horas/aula Aula 13 e 14 CF/1988, Lei 4320/64 e LRF
Cap 4 - Riani
Cap 07 - Silva 18/09/18
Princípios de Tributação e Receitas Públicas 4 horas/aula Aula 15 e 16 CF/1988, Lei 4320/64 e LRF
Cap 3 - Riani
Seção 1.6 - Silva 25/09/18
Gastos públicos (Despesas Pública) 4 horas/aula
Aula 17 e 18 Cap 3 - Riani 02/10/18
Primeira avaliação individual 4 horas/aula
Aula 19 e 20 09/10/18
A intervenção do estado na economia brasileira 4 horas/aula Aula 21 e 22 Cap 5 e 6 - Giambiagi e Além 16/10/18
Déficits e Dívida Pública 4 horas/aula
Aula 23 e 24 Cap 09 - Giambiagi e Além

Plano de Ensino

23/10/18
Indicadores de Finanças Públicas e gestão fiscal
Políticas Públicas Locais 4 horas/aula Aula 25 e 26 Cap 5 - Riani
30/10/18
Lulismo e a crise das finanças públicas na atualidade 4 horas/aula Aula 27 e 28 Pessoa, Oreiro e Marconi.
Barbosa e Holanda. 06/11/18
Atividade online: a economia compartilhada e suas implicações para o estado

https://www.ted.com/talks/rachel_botsman_we_ve_stopped_trusting_institutions_and_started_trusting_strangers?referrer=playlist-the_economy_of_trust

https://www.ted.com/talks/don_tapscott_how_the_blockchain_is_changing_money_and_business#t-1110682
4 horas/aula Aula 29 e 30 Ted Talk - Trust Economy -
Segunda Avaliação Individual
4 horas/aula Aula 31 e 32 13/11/18
Resultados e discussão da avaliação individual 4 horas/aula Aula 33 e 34 20/11/18
Exame final 4 horas/aula Aula 35 e 36 27/11/18

Bibliografia básica

RIANI, Flávio. Economia do Setor Público: Uma abordagem introdutória. São Paulo, Atlas, 2002.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia de. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 7ª tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

REZENDE, Fernando; Finanças Públicas; Ed. Atlas: São Paulo, 2001

Bibliografia complementar

Brasil. Lei Complementar nº 101, de 25/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. Disponível em: http://www.senado.gov.br.

Brasil. Lei nº 4.320, de 17/03/1964. Disponível em: http://www.senado.gov.br.

MUSGRAVE & MUSGRAVE. Finanças públicas: teoria e prática. São Paulo: Campus, 1980.

SILVA, Fernando Resende da. Finanças públicas: São Paulo: Atlas, 2001.

LISBOA, M. B; PESSOA, S. Crítica ao novo-desenvolvimentismo. Cadernos do Desenvolvimento, v. 11, 2016.
http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/11

Pessoa, Lisboa, Oreiro e Marconi. Cadernos do Desenvolvimento, v. 11, 2016.
http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/12

Plano de Ensino

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública	
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI	
Disciplina: Planejamento e Alocação de Recursos em Governança	**Código:** 3PLAREC
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2019/1
Professor: LUIZ RICARDO DE SOUZA	**Contato:** luiz.souza@udesc.br

Ementa

Planejamento e políticas públicas. Evolução do Planejamento no Brasil. Planejamento de órgãos públicos. Dimensão estratégica e operacional do planejamento público em sistemas de governança pública. Teorias e modelos de planejamento governamental. Avaliação e acompanhamento como parte do processo de planejamento. Construção de indicadores de monitoramento e avaliação. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento. Planejamento governamental no Brasil contemporâneo. Concepção, estrutura e sistema do PPA. Engajamento democrático. Metodologias de planejamento participativo em governança pública.

Objetivo geral

Aprofundar o nível de informação dos estudantes sobre os conceitos e práticas relacionadas ao planejamento e alocação de recursos em governança pública e sua importância para gestores de serviços públicos.

Objetivo específico

1. Discutir os conceitos de planejamento público
2. Descrever estratégias e metodologias de planejamento e monitoramento de políticas públicas
3. Analisar as iniciativas de planejamento público nos níveis federais, estaduais e municipais
4. Relacionar experiências internacionais de planejamento público

Conteúdo programático

O conceito de planejamento. Metodologias de planejamento;

Introdução ao Conceito de Política Pública

O pensamento estratégico aplicado à gestão governamental contemporânea

Instrumentos de planejamento público (PPA, LDO, planos setoriais etc.)

Monitoramento de políticas públicas

Planejamento Participativo

Plano de Ensino

Metodologia

No desenvolvimento da programação é utilizada uma combinação de técnicas de ensino, dentre as quais se destacam: aulas expositivas e dialogadas, com apoio de textos, slides e vídeos. Estudos de casos e exercícios realizados pelos participantes, individualmente ou em grupos. Serão utilizadas diversas leituras como fator de estímulo ao aprendizado. Também, os instrumentos que a informática oferece serão amplamente utilizados. A metodologia utilizada enfatiza a participação ativa dos alunos.

Sistema de avaliação

A avaliação será expressa pela composição abaixo:
40% - Trabalhos em equipe ao longo do semestre;
60% - Provas (três, cada uma correspondendo a 20%)

Bibliografia básica

FISCHMANN, Adalberto A.; ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. Planejamento estratégico na prática. 2. ed. Sao Paulo: Atlas, c1991. 164 p.
PEREZ, Marcos Augusto. A administração pública democrática: institutos de participação popular na administração pública. Belo Horizonte: Fórum, 2004. 245p
REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. Planejamento estratégico municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas . 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006. 123 p.

Bibliografia complementar

ARTMANN, E. O Planejamento Estratégico Situacional no Nível Local: um Instrumento a Favor da Visão Multissetorial. Cadernos da Oficina Social 3. Rio de Janeiro: Fiocruz fev/2000. p.98-119
CARDOSO Jr. José Celso (ORG). A reinvenção do planejamento governamental no Brasil / organizador - Brasília : Ipea, 2011.
CARVALHO, Horácio Martins de. Introdução a teoria do planejamento. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. 176p
GANDIN, D. A posição do planejamento estratégico entre as ferramentas de intervenção na realidade. Currículo sem Fronteiras 2001; 1:81-95
GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 182 p. ISBN 9788532613158.
LAFER, Betty Mindlin. Planejamento no Brasil. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1975. 187 p.
MATUS, C. O plano como aposta. São Paulo em perspectiva. p. 28 - 42. Out. Dez, 1991
REZENDE, D. Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual . Rev. Adm. Pública vol.41 no.2 Rio de Janeiro Mar./Apr. 2007
REZENDE, D. Planejamento Estratégico público ou privado: guia para projetos em organização de governo ou negócios. São Paulo: Atlas, 2012.
RIBEIRO, R., BLIANCHERIENE, A. Construindo o Planejamento Público: buscando a integração entre política, gestão e participação popular. São Paulo, Atlas, 2013.
SANTOS, Ailton Dias dos. Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. São Paulo: Ed. Fundação Peiropólis, 2005. 186 p

Plano de Ensino

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública		
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI		
Disciplina: Direito Constitucional		**Código:** 1DIRCON
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2018/1	
Professor: VICTOR BURIGO SOUZA	**Contato:** victorburigosouza@gmail.com	

Ementa

Teoria Geral do Direito. Constituição como um sistema de princípios e normas. O Direito Constitucional: conceito e espécies de constituição, princípios fundamentais, direitos e garantias fundamentais, organização do Estado. Evolução e características das Constituições Brasileiras. A Constituição de 1988: origem, tipologia e comparação com as demais Constituições Brasileiras.

Objetivo geral

Prover conhecimentos relacionados ao direito constitucional, que são fundamentais para a compreensão dos direitos e deveres dos cidadãos e das organizações públicas e privadas.

Objetivo específico

- Desenvolver conhecimentos fundamentais acerca da teoria geral do direito;

- Prover conhecimentos relacionados às principais características do sistema de princípios e normas presentes numa constituição;

- Capacitar os acadêmicos em relação aos princípios, direitos e garantias fundamentais, além da organização do Estado presente na Constituição Federal de 1988;

- Preparar os alunos para que sejam capazes de compreender as características e a evolução das constituições brasileiras.

Conteúdo programático

1 Teoria geral do Estado.

2 Teoria geral do direito.

3 Introdução ao direito brasileiro.

4 O Direito Constitucional: conceito e objeto.

5 Constituição: conceito, objeto e classificação.

Plano de Ensino

6 Evolução e características das Constituições Brasileiras.

7 O Constitucionalismo Latino-Americano.

8 A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

8.1 Princípios fundamentais.

8 A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

8.2 Direitos e garantias fundamentais.

8 A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

8.3 Organização do Estado.

8 A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

8.4 Organização dos poderes.

Metodologia

No desenvolvimento da programação é utilizada uma combinação de técnicas de ensino, dentre as quais se destacam: aulas expositivas e dialogadas, com apoio de textos, slides e vídeos. Também são utilizados diferentes estudos de casos e exercícios a serem resolvidos pelos participantes, individualmente ou em grupos. Serão realizadas diversas leituras como fator de estímulo ao aprendizado. Não obstante, os instrumentos que a informática oferece serão amplamente utilizados. Essa metodologia utilizada durante a disciplina procura enfatizar a participação ativa dos participantes durante todo o semestre.

Sistema de avaliação

Composição das notas
A avaliação será expressa pela composição abaixo:
12% - Atividades em sala, conforme as datas previstas no Cronograma de Aulas.
25% - Prova 1 - 28/03/2018;
5% - Trabalho 1: A evolução e as características das constituições brasileiras - de 18/04/2018 até 25/04/2018;
25% - Prova 2 - 09/05/2018;
8% - Trabalho 2: A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - de 16/05/2018 até 13/06/2018;
25% - Prova 3 - 20/06/2018.

Fechamento da média e exames finais
Serão aprovados automaticamente os alunos que atingirem média maior ou igual a 7,0 (sete) entre as avaliações realizadas. Alunos que obtiverem média aritmética simples entre as avaliações igual ou menor a 1,6 serão automaticamente reprovados. Os alunos que obtiverem média maior ou igual a 1,7 (uma vírgula sete) e menor que 7,0 (sete) deverão realizar o exame final. O exame final terá o mesmo formato das avaliações parciais, porém englobará a totalidade dos assuntos abordados durante o curso. Serão aprovados os alunos que, após o exame final, atingirem nota igual ou maior que 5,0 (cinco) somando-se a nota final das avaliações parciais (peso 0,6) à nota do exame final (peso 0,4).

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

Plano de Ensino

As provas e atividades de segunda chamada serão realizadas no final do semestre, em data a ser agendada pelo professor, com duração de até 4 (quatro) horas. A Resolução nº 039/2015-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.
Segundo esta resolução, o acadêmico regularmente matriculado que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelo professor, poderá solicitar segunda chamada desta avaliação através de requerimento por ele assinado, ou por seu representante legal, entregue na Secretaria de Ensino de Graduação e/ou Secretaria do Departamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de realização da avaliação, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados e que se enquadrem em um das seguintes situações:
I - problema de saúde do aluno ou parente de 1º grau, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros, comprovada por Boletim de Ocorrência ou documento equivalente;
III - manobras ou exercícios militares comprovados por documento da respectiva unidade militar;
IV - luto, comprovado pelo respectivo atestado de óbito, por parentes em linha reta (pais, avós, filhos e netos), colaterais até o segundo grau (irmãos e tios), cônjuge ou companheiro (a), com prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o óbito;
V - convocação, coincidente em horário, para depoimento judicial ou policial, ou para eleições em entidades oficiais, devidamente comprovada por declaração da autoridade competente;
VI - impedimentos gerados por atividades previstas e autorizadas pela Chefia de Departamento do respectivo curso ou instância hierárquica superior, comprovada através de declaração ou documento equivalente;
VII - direitos outorgados por lei;
VIII - coincidência de horário de outras avaliações do próprio curso, comprovada por declaração da chefia de departamento;
IX - convocação para competições oficiais representando a UDESC, o Município, o Estado ou o País;
X - convocação pelo chefe imediato, no caso de acadêmico que trabalhe, em documento devidamente assinado e carimbado, contendo CNPJ da empresa ou equivalente, acompanhado de documento anexo que comprove o vínculo empregatício, como cópia da carteira de trabalho ou do contrato ou de documento equivalente.
Leia a resolução na integra na página da Secretaria dos Conselhos: http://secon.udesc.br/consepe/resol/2015/039-2015-cpe.pdf.

Bibliografia básica

BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.
BOBBIO, Norberto. Teoria geral do direito. 3. ed. São Paulo: Martins Martins Fontes, 2010.
BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 01. ago. 2016.
BRASIL. Decreto-Lei n. 4.657, de 4 de setembro de 1942. Lei de introdução às normas do direito brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657.htm> Acesso em 01. ago. 2016.
FARIAS NETO, Pedro Sabino de. Ciência política: enfoque integral avançado. São Paulo: Atlas, 2011.
LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito constitucional descomplicado. 14. ed. São Paulo: Método, 2015.
SILVA, José Afonso. Curso de direito constitucional positivo. 38. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais/Malheiros Editores, 2015.
WOLKMER, Antônio Carlos; MELO, Milena Petters. (Org.). Constitucionalismo Latino-Americano: tendências contemporâneas. Curitiba: Juruá, 2013.

Bibliografia complementar

ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. Curso de direito constitucional. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
BONAVIDES, Paulo. Teoria constitucional da democracia participativa: por um direito constitucional de luta e resistência; por uma nova hermenêutica; por uma repolitização da legitimidade. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito constitucional público. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.
MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 25. rev. atual. ampl. São Paulo - SP: Atlas, 2010.
DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos da teoria geral do Estado. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
TEMER, Michel. Elementos de direito constitucional. 18a ed. rev. amp., São Paulo: Malheiros, 2002.

Plano de Ensino

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública		
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI		
Disciplina: Tecnologia Básica de Informação e de Comunicação na	**Código:** 1TICGOV	
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2018/1	
Professor: BRUNA DEVENS FRAGA	**Contato:** bruna.fraga@udesc.br	

Ementa

Conceitos de infra-estrutura de tecnologia da informação e comunicação - tic. Utilização dos sistemas de apoio à aprendizagem. Sistemas de busca de informações científicas. Conceitos de sistemas operacionais. Uso de editores de textos aplicado à administração. Uso de planilhas de cálculo aplicadas à administração. Uso de softwares proprietários e abertos. Modelos de Governança de TI.

Objetivo geral

Capacitar o aluno para aplicar os principais métodos e ferramentas de tecnologia da informação e comunicação no contexto organizacional na esfera pública.

Objetivo específico

Compreender o papel da tecnologia da informação e comunicação no contexto organizacional;
Identificar as principais ferramentas de suporte às atividades de gestão como editores de texto, planilhas eletrônicas, mapas mentais e artefatos web;
Vivenciar e aplicar exercícios práticos sobre ferramentas estudadas no setor público.

Conteúdo programático

UNIDADE I - Introdução e conceitos gerais da disciplina
1. Apresentação da disciplina
2. Conceitos e terminologias gerais de Tecnologia da Informação e Comunicação
3. A evolução dos sistemas gerenciais na era da informação e do conhecimento
4. O papel dos hardwares e softwares nas organizações
5. Utilizar a ferramenta de apoio à aprendizagem: ID UDESC, MOODLE, Office 365;
6. Realizar pesquisas em base de dados na Web (Base de dados CAPES, SCIELO, Google Acadêmico)

UNIDADE II - Mapas mentais
1. História e conceitos principais
2. Elementos dos mapas mentais
3. Construção de mapas mentais como ferramenta de apoio à gestão organizacional

UNIDADE III - Ferramentas de edição de texto no contexto organizacional
1. Modos de visualização e ferramentas básicas
2. Títulos e índice automático
3. Legendas e Índice automático de figuras e tabelas
4. Referência Cruzada
5. Visualização e manipulação do documento no modelo Estrutura de Tópicos
6. Numeração de páginas e quebra de página e seções em um mesmo documento
7. Mala Direta

Plano de Ensino

UNIDADE IV - Ferramentas de planilhas de cálculo no contexto organizacional
1. Recursos básicos de uma planilha de cálculo
1.1. Filtro e classificação
1.2. Formatação condicional
1.3. Validação de dados
1.4. Protegendo planilhas
2. Lista e banco de dados
2.1. Tabela dinâmica
2.2. Segmentação de dados
2.3. Comando subtotal
2.4. Gerenciador de nomes
2.5. Importação e exportação de dados
3. Funções
3.1. Funções estatísticas
3.2. Funções lógicas
3.3. Funções financeiras
3.4. Funções de pesquisa e referência
3.5. Funções de texto
4. Análise de cenários e gráficos
4.1. Gráficos 3D
5. Macro
5.1. Criar formulários
5.2. Gravar macro

UNIDADE V - Ferramentas para apresentações de apoio à gestão organizacional
1. Exemplos práticos voltados ao contexto público
2. Principais ferramentas de apresentação e suas funcionalidades
3. Exemplos de ferramentas de apoio à gestão e aplicações no setor público.

Metodologia

Aulas expositivas, com discussão em classe dos tópicos apresentados.
Serão realizadas atividades práticas associadas a trabalho individual e em dupla/trio, no qual os alunos exercitarão os conhecimentos desenvolvidos durante o curso.
A critério do professor e dependendo de disponibilidade, poderão integrar o conteúdo da disciplina, palestras e outros eventos relacionados ao tema da disciplina.

Sistema de avaliação

O sistema de avaliação esta´ baseado em provas presenciais e trabalhos postados no sistema. Será avaliada a pertinência do conteúdo, clareza e coerência na apresentação das respostas e do texto, gramática e resolução dos problemas (fórmulas).

60% Elaborações e Apresentações das Atividades desenvolvidas por etapas dos conteúdos da disciplina e postadas no Moodle; Participação e desempenho durante o semestre;
20% Prova 1
20% Prova 2

Média final: Atividades e Participação*0,6 + P1*0,2 + P2*0,2

Média final e recuperação
Serão aprovados automaticamente os alunos que atingirem média maior ou igual a 7,0 (sete) entre as avaliações realizadas. Alunos que obtiverem média aritmética simples entre as avaliações igual ou menor a 1,6 serão automaticamente reprovados. Os alunos que obtiverem média maior ou igual a 1,7 (uma vírgula sete) e menor que 7,0 (sete) deverão realizar o exame final. O exame final terá o mesmo formato das avaliações parciais, porém englobará a totalidade dos assuntos abordados durante o curso. Serão aprovados os alunos que, após o exame final, atingirem nota igual ou maior que 5,0 (cinco) somando-se a nota final das avaliações parciais (peso 0,6) à nota do exame final (peso 0,4).

Plano de Ensino

Bibliografia básica

Básica
BUZAN, Tony. Mapas mentais e sua elaboração: um sistema definitivo de pensamento que transforma a sua vida. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 2009 118 p.
CARLBERG, CONRAD. Administrando a Empresa com Excel. Editora: MAKRON. 1ª Edição - 2003.
COSTA JÚNIOR, Hélio Lemes. Informática para Administradores. Florianópolis: Departamento de Ciência da Administração, Modalidade a distância, 2017.
CRIPPA, Gabriela Regina. Excel Anaçado Aplicado ao Setor Público. Curso de Capacitação a Distância. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração. 2015, p. 236.
HART-DAWIS, Guy. Word 2000: prático & fácil. São Paulo: Makron Books, c2000. 418 p.

Bibliografia complementar

CASTRUCCI, P. Modelos Computacionais para Gestão, Princípios e Aplicações. Editora Manole, 2005.
GOES, W.M. Excel Avançado. São Paulo: NOVATEC, 2006.
LAPPONI, J.C. Modelagem Financeira com Excel. Editora Campus, 2004.
LAUDON, Kenneth C. Gerenciamento de sistemas de informação. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001.
MARTELLI, Richard. EXCEL 2013 AVANÇADO. Editora SENAC, 2013.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública		
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI		
Disciplina: Contabilidade Pública na Administração Pública Municipal		**Código:** 4CONPUB
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2019/2	
Professor: RODRIGO BARRACO MARASSI	**Contato:** rodrigo.marassi@udesc.br	

Ementa

Receita e despesa pública. Campo de aplicação da contabilidade pública à administração municipal. Lançamentos contábeis. Plano de Contas. Balanços. Inventário. Patrimônio público municipal. Análise. Controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial no município. Fiscalização Financeira e Orçamentária. Dívida Pública do município. A legislação aplicável à gestão orçamentária e patrimonial do Município. Lei de Responsabilidade Fiscal e relatórios aplicados ao município. RREO e RGFs .

Objetivo geral

Compreender o papel da contabilidade pública na administração municipal.

Objetivo específico

a) Compreender os conceitos básicos de contabilidade;
b) Reconhecer a origem e formação dos fluxos orçamentário, financeiro e patrimonial registrados pela contabilidade pública.
c) Elaborar e analisar os principais relatórios emitidos pela contabilidade pública.

Conteúdo programático

Unidade I - Campo de aplicação da contabilidade pública à administração municipal.
1.1. Conceito e objetivo da contabilidade pública.
1.2. Evolução da contabilidade pública no Brasil
1.3. Regimes contábeis aplicados ao setor público.
1.4. Aspectos contábeis da Contabilidade Pública.
1.5. A legislação aplicável à gestão orçamentária e patrimonial do Município.

Unidade II - Patrimônio Público.
2.1. Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.
2.2. Grupos de Contas e Balanço Patrimonial.
2.3. Variações patrimoniais.
2.4. Fatos que alteram o Patrimônio Público.

Unidade III - Análise e Controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial no município.
3.1. Plano de Contas.
3.2. Lançamentos Contábeis: livro diário, razonetes, balancete de verificação e Balanço Patrimonial.

Unidade IV - Balanços.
4.1. Balanço Orçamentário.
4.1.1. Receita Pública.
4.1.2. Despesa Pública.
4.2. Balanço Financeiro.

Plano de Ensino

4.3. Demonstração das Variações Patrimoniais.

Unidade V - Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Unidade VI - Dívida Pública do município.

Unidade VII - Lei de Responsabilidade Fiscal e relatórios aplicados ao município: RREO e RGFs.

Metodologia

Aulas expositivas e dialogadas. Resolução de Exercícios. Correção de exercícios de forma participativa. Dinâmicas.
Aulas via Moodle: 09/08/2019 e 10/10/2019

Sistema de avaliação

A média da disciplina será composta pelas seguintes avaliações:
Nota 01 - Trabalho extra-classe individual - Peso de 10%
Nota 02 - Prova escrita, individual e sem consulta - Peso de 35%
Nota 03 - Trabalho extra-classe individual ou em duplas - Peso de 20%
Nota 04 - Prova escrita, individual e sem consulta - Peso de 35%

Bibliografia básica

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 8 ed. 2018. Disponível em: /www.tesouro.fazenda.gov.br
BRASIL. Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2001 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
BRASIL. Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

Bibliografia complementar

SLOMSKI, Valmor. Manual de contabilidade pública: de acordo com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público [IPSASB/IFAC/CFC]. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 286 p.
CARVALHO, Deusvaldo; CECCATO, Marcio. Manual completo de contabilidade pública. 4. ed., rev. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2018. 1039 p.
KOHAMA, Heilio,. Contabilidade pública: teoria e prática. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 410 p.
LIMA, Severino Cesário de; DINIZ, Josedilton Alves. Contabilidade pública: análise financeira governamental. São Paulo: Atlas, 2016. 554 p.
SILVA, Valmir Leôncio da. A nova contabilidade aplicada ao setor público: uma abordagem prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 474 p.

Plano de Ensino

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública		
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI		
Disciplina: Orçamento Público para a Governança Pública Municipal e		**Código:** 3ORCPUB
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2019/1	
Professor: RODRIGO BARRACO MARASSI	**Contato:** rodrigo.marassi@udesc.br	

Ementa

Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária (LOA). O ciclo orçamentário. Elaboração do orçamento. Execução orçamentária e financeira: Controle da execução orçamentária: Controle Interno e Externo. Créditos adicionais. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo nos municípios. Lei de Responsabilidade Fiscal aplicada à administração municipal.

Objetivo geral

Reconhecer a importância do Orçamento Público para Governança Pública e entender seu funcionamento.

Objetivo específico

O conteúdo oferecido visa que o aluno aprenda:
1. Sobre a origem e a evolução do orçamento público;
2. Sobre os principais instrumentos utilizados na elaboração e controle do Orçamento Público;
3. A relação entre Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária (LOA);
4. Como funciona o ciclo orçamentário.

Conteúdo programático

Unidade I - Fundamentos e princípios orçamentários.
1.1 Origens e evolução do orçamento público
1.2 Evolução conceitual do orçamento público
1.3 Princípios orçamentários

Unidade II - Aspectos constitucionais do orçamento.

Unidade III - Processo orçamentário como instrumento de planejamento.
3.1 Plano Plurianual (PPA)
3.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)
3.3 Lei Orçamentária (LOA)

Unidade IV - O ciclo orçamentário e a Elaboração do orçamento.
4.1 Classificações Orçamentárias: Receitas e Despesas Orçamentárias.
4.2 Projeção de receitas e Fixação das Despesas
4.3 Ciclo Orçamentário: Elaboração, Discussão, Votação e Aprovação
4.4 Orçamento participativo nos municípios

Plano de Ensino

Unidade V - Execução orçamentária e financeira
5.1 Controle da execução orçamentária.
5.2 Créditos adicionais

Unidade VI - Lei de Responsabilidade Fiscal aplicada à administração municipal
6.1 Interpretação da LRF
6.2 Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)
6.3 Relatório da Gestão Fiscal (RGF)

Unidade VII - Controle Interno e Externo.
7.1. Conceitos de Controle Interno e Controle Externo
7.2. Principais funções do Controlador
7.3. O Tribunal de Contas no controle das contas públicas

Metodologia

Aulas expositivas e dialogadas. Resolução de Exercícios. Atividades em sala e extra-sala.

Sistema de avaliação

- Nota 1: Prova escrita, individual e sem consulta - Peso 40%
- Nota 2: Atividade avaliativa em equipes - Peso 30%
- Nota 3: Prova escrita, individual e sem consulta - Peso 30%

Fechamento da média e exames finais
Serão aprovados automaticamente os alunos que atingirem média maior ou igual a 7,0 (sete) entre as avaliações realizadas. Alunos que obtiverem média aritmética simples entre as avaliações igual ou menor a 1,6 serão automaticamente reprovados. Os alunos que obtiverem média maior ou igual a 1,7 (uma vírgula sete) e menor que 7,0 (sete) deverão realizar o exame final. O exame final terá o mesmo formato das avaliações parciais, porém englobará a totalidade dos assuntos abordados durante o curso. Serão aprovados os alunos que, após o exame final, atingirem nota igual ou maior que 5,0 (cinco) somando-se a nota final das avaliações parciais (peso 0,6) à nota do exame final (peso 0,4).

Bibliografia básica

ALBUQUERQUE, C.; MEDEIROS, M. FEIJÓ, P.H.. Gestão de finanças públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 2 Ed. Brasília: Editora Paulo Henrique Feijó, 2008.

BRASIL. Lei Complementar n. 101, de 25/05/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal. Disponível em http://www.senado.gov.br.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. 14 Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIMENE, M.; COUTO, L.F. Planejamento e orçamento público no Brasil. Brasília: Enap, 2017.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. Gestão Pública. São Paulo: Saraiva, 2006.

PASCOAL, V. Direito Financeiro e Controle Interno. Rio de Janeiro, 2006.

PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M.Z.F. Contabilidade Pública: Uma abordagem da administração financeira pública. 10 Ed. São Paulo, 2009.

Plano de Ensino

Bibliografia complementar

ANDRADE, Nilton de Aquino et al. Planejamento Governamental para Municípios: Plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: http://www.senado.gov.br.

_____. Lei nº 4.320, de 17/03/1964. Disponível em: http://www.senado.gov.br.

_____. Manual Técnico de Orçamento - MTO-02. Brasília: MPOG/SOF, 2010. http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoes-orcamentarias/manual-tecnico/mto_2016_1aedicao-200515.pdf

CARVALHO, D. Orçamento e Contabilidade Pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

JUND, S. Direito Financeiro e Orçamentário Público. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

VASCONCELOS, A. Orçamento Público. Rio de Janeiro: Ed. Ferreira, 2007.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública		
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI		
Disciplina: Matemática		**Código:** 1MATEMA
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2018/1	
Professor: YUZI ANAI ZANARDO ROSENFELDT	**Contato:** arquitetayuzi@yahoo.com.br	

Ementa

Funções: gráficos, inversão e composição. Retas: equações, posições relativas e aplicações na administração. Introdução ao estudo de aplicação de matrizes.

Objetivo geral

Reconhecer a matemática como ferramenta de apoio ao gestor público.

Objetivo específico

a) Reconhecer a importância da matemática como ferramenta para a tomada de decisão;
b) Identificar os conceitos básicos de matemática aplicáveis na administração;
c) Modelar matematicamente os problemas cotidianos do administrador.

Conteúdo programático

Revisão de matemática.Funções, gráficos, inversão e composição. Introdução ao estudo de matrizes. Introdução ao estudo de análise financeira.

Metodologia

Aulas expositivas e dialogadas. Resolução de Exercícios. Utilização de Laboratório de Informática para aplicação dos conceitos. Parte do conteúdo poderá, eventualmente, ser ministrado de forma semipresencial, via moodle.

Sistema de avaliação

Avaliação 1. 03 Provas escritas individuais
Avaliação 2. Lista de exercícios

Bibliografia básica

HAZZAN, Samuel; POMPEO, José Nicolau. Matemática financeira. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 314 p. : ISBN 9788502055315 (broch.) Número de Chamada: 650.01513 H431m 6.ed
MEDEIROS, Sebastião. Matemática: para os cursos de economia, administração, ciências contábeis. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. Número de Chamada: 515.33 S586m

Plano de Ensino

TAN. S. T. Matemática Aplicada à Administração e Economia. 5.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. Número de Chamada: 515 T161m
IEZZI, G. Fundamentos da matemática elementar. 7ed. São Paulo. Atual. 1993.

Bibliografia complementar

HARIKI, Seiji; ABDOUNUR, Oscar João. Matemática aplicada: administração, economia, contabilidade. São Paulo: Saraiva, 2003. 468p. ISBN 8502028022 (broch.) Número de Chamada: 510 H281m
MUROLO, Afrânio Carlos. BONETTO, Giácomo Augusto. Matemática aplicada à administração, economia e contabilidade. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2004.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública		
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI		
Disciplina: Políticas Públicas e Regionalidade		**Código:** 5POLPUB
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2020/1	
Professor: SAMIRA KAUCHAKJE	**Contato:** skauchakje@gmail.com	

Ementa

Política pública, conceitos e áreas de estudo. Origens dos estudos sobre política pública. Campos de estudo da política pública. Principais teorias e abordagens. A tomada de decisões em política pública. Principais momentos do processo de política pública. a agenda, formulação, tomada de decisão política, implementação e avaliação. A mudança e política pública. Os estudos sobre regionalidade e a política pública. A prática da política pública e a regionalidade.

Objetivo geral

Analisar os principais conceitos e práticas relacionadas às políticas públicas e refletir sobre sua importância para gestores de serviços públicos.

Objetivo específico

1. Proporcionar ao estudante os elementos essenciais do processo de produção de políticas públicas, seus atores, estilos, instituições e conteúdos.
2. Ressaltar o viés pragmático desse estudo, com exemplos aplicados à nossa realidade.
3. Despertar o senso crítico em torno das possibilidades e desafios da disciplina.

Conteúdo programático

1. Política pública, conceitos e áreas de estudo.
1.1 Origens dos estudos sobre política pública. Campos de estudo da política pública. Principais teorias e abordagens.
1.2 Tipos de políticas públicas;

2. A tomada de decisão em políticas públicas - principais momentos do processo de política pública:
- a agenda,
- formulação e tomada de decisão política
- implementação
- avaliação.

3. Análise de políticas públicas e regionalidade
3.1 A prática da política pública
3.2 A mudança e política pública.

Metodologia

Plano de Ensino

No desenvolvimento da programação, utilizaremos uma combinação de técnicas de ensino, enfatizando a participação dos alunos:
- Aulas expositivas e dialogadas.
- Leitura dirigida de material bibliográfico designado previamente.
- Grupos de discussão sobre as temáticas da aula.
- Seminários e Trabalhos individuais e em grupos.

Sistema de avaliação

A composição da nota final e as avaliações serão feitas através dos seguintes procedimentos:
- 50% = avaliação no modelo prova (até 10,0p)
- 50% = Seminário (grupos) e relatório (duplas)

Bibliografia básica

GIL, A. C., GARCIA, A.J., KLINK, J. Região, Regionalismo e Regionalidade. Caderno de Pesquisa IMES, ano 5, nº 9, 2003.
HEIDEMANN, F. G., SALM, J. F. Políticas públicas e desenvolvimento: Bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UNB, 2009.
JUNQUEIRA FILHO, F. Regionalidade e o Desenvolvimento Empresarial. Revista de Ciencias Gerenciais, Valinhos, SP,Vol. XXII, Nº14, 2008

Bibliografia complementar

ARRETCHE, M. "Tendências no estudo sobre avaliação." Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate 3 (1998): 29-49
ARRETCHE, M. Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos? Dados, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 587-620, 2010.
ARRETCHE, Marta (org.) Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos, São Paulo: Unesp, 2015.
BACHRACH, Peter, and Morton S. Baratz. Duas faces do poder. Revista de Sociologia e Política. 19.40 (2011): 149-157.
CAPELLA, Ana Cláudia N. "Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas." Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz 1 (2007): 87-124
CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt, and Felipe Gonçalves Brasil. A trajetória dos estudos sobre a agenda de políticas públicas. Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política 24.2 (2015).
DA SILVA, Evelise Zampier; KAUCHAKJE, Samira; DELAZARI, Luciene Stamato. La política de persuasión del Banco Mundial en sus informes de desarrollo mundial (1990-2015). América Latina Hoy, n. 75, p. 75-100, 2017.
FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18, n. 51, fevereiro de 2003, pp. 21-29.
FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 20, n. 59, outubro de 2005, pp. 97-109.
FIGUEIREDO, Marcus Faria, and Argelina Maria Cheibub Figueiredo. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. No. 15. São Paulo: Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo, 1986
FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, n. 21, Junho de 2000, pp. 212-259
KAUCHAKJE, S.; Scheffer, Sandra. Políticas públicas: a cidade e a habitação em questão. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2017.
LASWELL, Harold. Quem, ganha o que, quando, como. Editora da Universidade de Brasília. Brasília: Coleção Política 64 (1984).
LINDBLOM, Charles E. O processo de decisão política. Brasília: UNB, 1981
LIPSKY, Michael. Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos. Brasília: Enap, 2019.
LOTTA, Gabriela. Burocracia, redes sociais e interação: uma análise da implementação de políticas públicas. Revista de Sociologia e Política 26.66 (2018): 145
LOWI, T. J. Four systems of policy, politics, and choice. Public Administration Review, v. 32, n. 4, jul.-ago. 1972, pp. 298-310.
MARQUES, Eduardo Cesar. Redes sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir de políticas urbanas. Revista Brasileira de Ciências Sociais (2006).

Plano de Ensino

RAMOS, Marília Patta, and Letícia Maria Schabbach. "O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil." Revista de administração pública 46.5 (2012): 1271-1294
SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, categorias de análise, casos práticos. São Paulo: Atlas, 2010.
SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45
SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n.2, p. 27-41, 2004 411-429, Apr./June 2016
WU, Xu, M. RAMESH, Michael HOWLETT, and Scott FRITZEN. Guia de políticas públicas: gerenciando processos. Brasília: Enap, 2014.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública		
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI		
Disciplina: Governança Pública Municipal e Regional II		**Código:** 6GOVPM2
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2019/2	
Professor: BRUNA DEVENS FRAGA	**Contato:** bruna.fraga@udesc.br	

Ementa

Administração Pública e Cultura Política Brasileira: história e particularidades. Panorama internacional de sistemas de governança e administração pública. Organizações econômicas internacionais e sua influência no Estado Brasileiro (FMI, Banco Mundial, Gatt, OMC, Comunidade Européia, ONU, OCDE, Mercosul, etc.). Políticas comerciais, financeiras e monetárias. Relação Norte e Sul. Estruturas de interface governamental. Administração Pública municipal: características e problemas. A autonomia e os limites da ação da gestão pública municipal. Experiências na gestão pública municipal.

Objetivo geral

Promover o aprendizado dos alunos para que possam exercer a governança pública, principalmente, em instituições municipais e regionais, voltadas para o interesse público e o desenvolvimento regional com sustentabilidade.

Objetivo específico

1. Compreender os conceitos básicos de governança regional e seus elementos estruturantes;
2. Aplicar instrumento de análise de percepção a partir da perspectiva dos atores sociais sobre governança regional;
3. Conhecer instrumentos administrativos legais para articulação e desenvolvimento regional;
4. Estudar cases práticos internacionais sobre desenvolvimento municipal e regional;

Conteúdo programático

Unidade 1: Contextualização
- Avanço da compreensão sobre governança municipal para regional
- Perspectiva para Governança regional
- Descentralização na prestação de serviços públicos

Unidade 2: Análise da Percepção sobre Desenvolvimento Regional
- Utilização da metodologia de Pesquisa - ReCis;
- Definição e na análise de redes dos atores da quadrúplice hélice;
- Pesquisa de campo

Unidade 3: Instrumentos
? Concessão de serviços públicos e Parceria público-privada
? Agências reguladoras (concessão, permissão, autorização) e franquia
? OSCIP's e OS's
? Terceirização, convênios e consórcios públicos

Unidade 4: Interface e desafios internacionais
- Instituições: FMI, Banco Mundial, Gatt, OMC, Comunidade Européia, ONU, OCDE, Mercosul, etc.
- Cases internacionais

Plano de Ensino

Metodologia

Aulas expositivas, com discussão em classe dos tópicos apresentados. Serão realizadas atividades práticas associadas a trabalho individual e em grupo, no qual os alunos exercitarão os conhecimentos desenvolvidos durante o curso. A critério do professor e dependendo de disponibilidade, poderão integrar o conteúdo da disciplina, palestras e outros eventos relacionados ao tema da disciplina.

Sistema de avaliação

Avaliação Pertinência do conteúdo, clareza e coerência na apresentação das respostas e do texto, ortografia e gramática;

Prova 1- terá questões objetivas e discursivas, será individual e sem consulta, versando sobre o conteúdo discutido até a aula anterior ao dia da prova (valerá 30% da nota)
Prova 2 - terá questões objetivas e discursivas, será individual e sem consulta, versando sobre o conteúdo discutido até a aula anterior ao dia da prova (valerá 30% da nota)
Trabalho final - ver orientações específicas em documento disponibilizado pela professora (valerá 30% da nota)
Atividades intra e extraclasse e participação em sala - poderão ter os seguintes formatos: estudos de casos práticos, análise de artigos científicos ou revistas especializadas, análise de vídeos e músicas e papers. Tais exercícios poderão ser individuais ou em grupos, extra ou intra-classe, ou ainda utilizando os recursos do Moodle. (valerá 10% da nota)

Média final e recuperação
Serão aprovados automaticamente os alunos que atingirem média maior ou igual a 7,0 (sete) entre as avaliações realizadas. Alunos que obtiverem média aritmética simples entre as avaliações igual ou menor a 1,6 serão automaticamente reprovados. Os alunos que obtiverem média maior ou igual a 1,7 (uma vírgula sete) e menor que 7,0 (sete) deverão realizar o exame final. O exame final terá o mesmo formato das avaliações parciais, porém englobará a totalidade dos assuntos abordados durante o curso. Serão aprovados os alunos que, após o exame final, atingirem nota igual ou maior que 5,0 (cinco) somando-se a nota final das avaliações parciais (peso 0,6) à nota do exame final (peso 0,4).

Bibliografia básica

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2002.
MEIRELES, Hely Lopes. Direito municipal brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2006.
RAMOS, Alberto Guerreiro. A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade. In: Heidemann, F. G. e Salm, J. F. Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.
RIBEIRO, Antonio S. M. Corrupção e controle na administração pública brasileira. São Paulo: Atlas, 2004.
PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
PEREIRA, José Matias. Administração pública comparada: uma avaliação das reformas administrativas do Brasil, EUA e União Européia. Revista de Administração Pública, 42 (1) pgs 61-82, jan-fev 2008.

Bibliografia complementar

ABRUCIO, F. L.; SANO, H.. Associativismo Intergovernamental: experiências brasileiras. Brasília: IABS. 2013. Recuperado em 16 de junho de 2019, Disponível em: http:// antigo.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/ segep/modernizacao_gestao_bra_esp/vol_8_associativismo_ intergovernamental.pdf
ANDRADE, Nilton de A. (org.). Planejamento governamental para municípios: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
CAULLIRAUX, Heitor; YUKI, Mauro (org.). Gestão pública e reforma administrativa: conceitos e casos a experiência de Florianópolis. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
MARINI, Caio. O contexto contemporâneo da Administração Pública na América Latina. Revista do Serviço Público. Ano 53. No. 4. Out-Dez 2002. Disponível em: http://arquivos.cruzeirodosulvirtual.com.br/materiais/disc_POS/2011/gpoc/un_V/ administracao.pdf
FERRER, Florencia et. al. Gestão pública eficiente: impactos econômicos de governos inovadores. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
PINA, Vitor M. D. de C. et al. Manual para diagnóstico de administração de empresas. São Paulo: Atlas, 1980

Plano de Ensino

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública		
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI		
Disciplina: Ciência Política e Democracia		**Código:** 3CIENPO
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2019/1	
Professor: POMPILIO LOCKS FILHO	**Contato:** lockspompilio@gmail.com	

Ementa

A política, conceito clássico e moderno. Os pensadores clássicos gregos. A democracia e as suas diferentes formas. A participação como essência da democracia. A comunidade. A influência de Machiavel. As formas de governo. O estado e a sociedade como fenômenos modernos. Os partidos políticos. Os regimes políticos. A representação. A dominação, poder e legitimidade. O modelo liberal do estado. O Welfare State e a transformação do liberalismo. O retorno à comunidade e a importância política da governança pública. As manifestações em prol da democracia e os movimentos sociais. O futuro da democracia.

Objetivo geral

Apresentar os principais conceitos e debates acadêmicos da Ciência Política relacionados à "política" e à "democracia".

Objetivo específico

1. Contextualizar o estudo da política, o campo da ciência política e os autores clássicos.
2. Discutir a formação do Estado moderno e analisar as diferentes formas de Estado, sistemas de Governo e regimes políticos.
3. Compreender as diferentes concepções de democracia.
4. Discutir a relação entre democracia, participação política, movimentos sociais e cidadania.
5. Compreender as diferentes formas de ação política e a relação entre a sociedade civil, estado e governo.

Conteúdo programático

Conceitos básicos de Ciência Política: A superação do senso comum sobre o tema.

Pensamento político clássico e moderno.

Origem e formação do Estado moderno

Formas de Estado e sistemas de Governo.

As diferentes concepções de democracia.

Participação, representação, deliberação, esfera pública e sociedade civil.

Plano de Ensino

Partidos políticos e grupos de interesse

Welfare State e o futuro da democracia

Metodologia

No desenvolvimento da programação, utilizaremos uma combinação de técnicas de ensino, enfatizando a participação dos alunos:
- Aulas expositivas e dialogadas.
- Leitura dirigida de material bibliográfico designado previamente.
- Análise de materiais audiovisuais.
- Discussão e leitura de fontes contemporâneas (entrevistas e notícias).
- Grupos de discussão sobre as temáticas da aula.
- Seminários, trabalhos individuais e em grupos.
- Exercícios de fixação em sala de aula.

Para atendimento, marcar horário através do e-mail indicado.

Sistema de avaliação

A composição da nota final e as avaliações serão feitas através dos seguintes procedimentos:

- 50% = Duas provas (25% da nota total cada prova)
- 50% = Trabalhos

Bibliografia básica

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
BONAVIDES, Paulo. Ciência política. Rio de Janeiro: Forense, 1976.
DAHL, Robert A. Sobre a democracia. Brasília: UnB, 2001.
FINLEY, Moses. Política. In: FINLEY, Moses (Org.). O legado da Grécia: uma nova avaliação. Brasília: UNB, 1998.

Bibliografia complementar

BOBBIO, N (org.). Dicionário de Política. Brasília: Ed. UNB, 1998.
BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
CUNNINGHAM, Frank. Teorias da democracia. Porto Alegre, Artes Médicas, 2009.
DALLARI, Dalmo de Abreu. O que é participação política. São Paulo: Brasiliense, 1984.
DAHL, Robert. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: Editora da USP, 1997.
DARNTON, Robert; DUHAMEL, Olivier. Democracia. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
LEO MAAR, Wolfgang. O que é política. São Paulo: Brasiliense, 2004.
MAGALHÃES, José Antônio Fernandes de. Ciência política. Brasília: Vestcon, 2001.
MERQUIOR, J. G. O liberalismo: Antigo e Morderno. São Paulo: Editora Realizações, 2011.
NICOLAU, J. Sistemas Eleitorais. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
PATEMAN, Carole. Participação e Teoria democrática. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
SELL, Carlos Eduardo. Introduc¸a~o a` Sociologia Poli´tica: Sociedade e Poli´tica na Segunda Modernidade. Petro´polis: Vozes, 2006.
TEIXEIRA, M. A. Estado, Governo e Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1992.
WEFFORT, Francisco. Os clássicos da política. Vol I e II. São Paulo: Ática, 2003.

Plano de Ensino

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública		
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI		
Disciplina: Ciência Política e Democracia		**Código:** 3CIENPO
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2019/1	
Professor: POMPILIO LOCKS FILHO	**Contato:** lockspompilio@gmail.com	

Ementa

A política, conceito clássico e moderno. Os pensadores clássicos gregos. A democracia e as suas diferentes formas. A participação como essência da democracia. A comunidade. A influência de Machiavel. As formas de governo. O estado e a sociedade como fenômenos modernos. Os partidos políticos. Os regimes políticos. A representação. A dominação, poder e legitimidade. O modelo liberal do estado. O Welfare State e a transformação do liberalismo. O retorno à comunidade e a importância política da governança pública. As manifestações em prol da democracia e os movimentos sociais. O futuro da democracia.

Objetivo geral

Apresentar os principais conceitos e debates acadêmicos da Ciência Política relacionados à "política" e à "democracia".

Objetivo específico

1. Contextualizar o estudo da política, o campo da ciência política e os autores clássicos.
2. Discutir a formação do Estado moderno e analisar as diferentes formas de Estado, sistemas de Governo e regimes políticos.
3. Compreender as diferentes concepções de democracia.
4. Discutir a relação entre democracia, participação política, movimentos sociais e cidadania.
5. Compreender as diferentes formas de ação política e a relação entre a sociedade civil, estado e governo.

Conteúdo programático

Conceitos básicos de Ciência Política: A superação do senso comum sobre o tema.

Pensamento político clássico e moderno.

Origem e formação do Estado moderno

Formas de Estado e sistemas de Governo.

As diferentes concepções de democracia.

Participação, representação, deliberação, esfera pública e sociedade civil.

Plano de Ensino

Partidos políticos e grupos de interesse

Welfare State e o futuro da democracia

Metodologia

No desenvolvimento da programação, utilizaremos uma combinação de técnicas de ensino, enfatizando a participação dos alunos:
- Aulas expositivas e dialogadas.
- Leitura dirigida de material bibliográfico designado previamente.
- Análise de materiais audiovisuais.
- Discussão e leitura de fontes contemporâneas (entrevistas e notícias).
- Grupos de discussão sobre as temáticas da aula.
- Seminários, trabalhos individuais e em grupos.
- Exercícios de fixação em sala de aula.

Para atendimento, marcar horário através do e-mail indicado.

Sistema de avaliação

A composição da nota final e as avaliações serão feitas através dos seguintes procedimentos:

- 50% = Duas provas (25% da nota total cada prova)
- 50% = Trabalhos

Bibliografia básica

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
BONAVIDES, Paulo. Ciência política. Rio de Janeiro: Forense, 1976.
DAHL, Robert A. Sobre a democracia. Brasília: UnB, 2001.
FINLEY, Moses. Política. In: FINLEY, Moses (Org.). O legado da Grécia: uma nova avaliação. Brasília: UNB, 1998.

Bibliografia complementar

BOBBIO, N (org.). Dicionário de Política. Brasília: Ed. UNB, 1998.
BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
CUNNINGHAM, Frank. Teorias da democracia. Porto Alegre, Artes Médicas, 2009.
DALLARI, Dalmo de Abreu. O que é participação política. São Paulo: Brasiliense, 1984.
DAHL, Robert. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: Editora da USP, 1997.
DARNTON, Robert; DUHAMEL, Olivier. Democracia. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
LEO MAAR, Wolfgang. O que é política. São Paulo: Brasiliense, 2004.
MAGALHÃES, José Antônio Fernandes de. Ciência política. Brasília: Vestcon, 2001.
MERQUIOR, J. G. O liberalismo: Antigo e Morderno. São Paulo: Editora Realizações, 2011.
NICOLAU, J. Sistemas Eleitorais. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
PATEMAN, Carole. Participação e Teoria democrática. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
SELL, Carlos Eduardo. Introduc¸a~o a` Sociologia Poli´tica: Sociedade e Poli´tica na Segunda Modernidade. Petro´polis: Vozes, 2006.
TEIXEIRA, M. A. Estado, Governo e Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1992.
WEFFORT, Francisco. Os clássicos da política. Vol I e II. São Paulo: Ática, 2003.

Plano de Ensino

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública		
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI		
Disciplina: Orçamento Público para a Governança Pública Municipal e		**Código:** 3ORCPUB
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2019/1	
Professor: RODRIGO BARRACO MARASSI	**Contato:** rodrigo.marassi@udesc.br	

Ementa

Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária (LOA). O ciclo orçamentário. Elaboração do orçamento. Execução orçamentária e financeira: Controle da execução orçamentária: Controle Interno e Externo. Créditos adicionais. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo nos municípios. Lei de Responsabilidade Fiscal aplicada à administração municipal.

Objetivo geral

Reconhecer a importância do Orçamento Público para Governança Pública e entender seu funcionamento.

Objetivo específico

O conteúdo oferecido visa que o aluno aprenda:
1. Sobre a origem e a evolução do orçamento público;
2. Sobre os principais instrumentos utilizados na elaboração e controle do Orçamento Público;
3. A relação entre Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária (LOA);
4. Como funciona o ciclo orçamentário.

Conteúdo programático

Unidade I - Fundamentos e princípios orçamentários.
1.1 Origens e evolução do orçamento público
1.2 Evolução conceitual do orçamento público
1.3 Princípios orçamentários

Unidade II - Aspectos constitucionais do orçamento.

Unidade III - Processo orçamentário como instrumento de planejamento.
3.1 Plano Plurianual (PPA)
3.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)
3.3 Lei Orçamentária (LOA)

Unidade IV - O ciclo orçamentário e a Elaboração do orçamento.
4.1 Classificações Orçamentárias: Receitas e Despesas Orçamentárias.
4.2 Projeção de receitas e Fixação das Despesas
4.3 Ciclo Orçamentário: Elaboração, Discussão, Votação e Aprovação
4.4 Orçamento participativo nos municípios

Plano de Ensino

Unidade V - Execução orçamentária e financeira
5.1 Controle da execução orçamentária.
5.2 Créditos adicionais

Unidade VI - Lei de Responsabilidade Fiscal aplicada à administração municipal
6.1 Interpretação da LRF
6.2 Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)
6.3 Relatório da Gestão Fiscal (RGF)

Unidade VII - Controle Interno e Externo.
7.1. Conceitos de Controle Interno e Controle Externo
7.2. Principais funções do Controlador
7.3. O Tribunal de Contas no controle das contas públicas

Metodologia

Aulas expositivas e dialogadas. Resolução de Exercícios. Atividades em sala e extra-sala.

Sistema de avaliação

- Nota 1: Prova escrita, individual e sem consulta - Peso 40%
- Nota 2: Atividade avaliativa em equipes - Peso 30%
- Nota 3: Prova escrita, individual e sem consulta - Peso 30%

Fechamento da média e exames finais
Serão aprovados automaticamente os alunos que atingirem média maior ou igual a 7,0 (sete) entre as avaliações realizadas. Alunos que obtiverem média aritmética simples entre as avaliações igual ou menor a 1,6 serão automaticamente reprovados. Os alunos que obtiverem média maior ou igual a 1,7 (uma vírgula sete) e menor que 7,0 (sete) deverão realizar o exame final. O exame final terá o mesmo formato das avaliações parciais, porém englobará a totalidade dos assuntos abordados durante o curso. Serão aprovados os alunos que, após o exame final, atingirem nota igual ou maior que 5,0 (cinco) somando-se a nota final das avaliações parciais (peso 0,6) à nota do exame final (peso 0,4).

Bibliografia básica

ALBUQUERQUE, C.; MEDEIROS, M. FEIJÓ, P.H.. Gestão de finanças públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 2 Ed. Brasília: Editora Paulo Henrique Feijó, 2008.

BRASIL. Lei Complementar n. 101, de 25/05/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal. Disponível em http://www.senado.gov.br.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. 14 Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIMENE, M.; COUTO, L.F. Planejamento e orçamento público no Brasil. Brasília: Enap, 2017.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. Gestão Pública. São Paulo: Saraiva, 2006.

PASCOAL, V. Direito Financeiro e Controle Interno. Rio de Janeiro, 2006.

PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M.Z.F. Contabilidade Pública: Uma abordagem da administração financeira pública. 10 Ed. São Paulo, 2009.

Plano de Ensino

Bibliografia complementar

ANDRADE, Nilton de Aquino et al. Planejamento Governamental para Municípios: Plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: http://www.senado.gov.br.

_____. Lei nº 4.320, de 17/03/1964. Disponível em: http://www.senado.gov.br.

_____. Manual Técnico de Orçamento - MTO-02. Brasília: MPOG/SOF, 2010. http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoes-orcamentarias/manual-tecnico/mto_2016_1aedicao-200515.pdf

CARVALHO, D. Orçamento e Contabilidade Pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

JUND, S. Direito Financeiro e Orçamentário Público. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

VASCONCELOS, A. Orçamento Público. Rio de Janeiro: Ed. Ferreira, 2007.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública		
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI		
Disciplina: Administração Pública e Governança		**Código:** 1ADMPUB
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2018/1	
Professor: LUIZ RICARDO DE SOUZA	**Contato:** luiz.souza@udesc.br	

Ementa

Administração Pública: conceito, fundamentos e trajetória histórica. A esfera pública e a produção do bem público. A importância da cidadania e da democracia para a administração pública. As diversas estratégias para a produção do bem público: a burocracia pública, o mercado e as suas organizações, a coprodução em rede com a participação da comunidade e do cidadão. Os principais modelos de administração pública. A definição do interesse público. Governança pública: contexto histórico em que foi desenvolvida. Conceitos de governança pública. Principais teorias sobre governança pública. Governança pública e os modelos de administração pública. Governança como uma rede difusa que produz os serviços públicos. A governança e os tipos de coprodução do bem público. A coordenação governamental dos processos de governança pública. Políticas, participação política e governança pública.

Objetivo geral

Discutir os fundamentos e trajetória histórica da administração pública, e a nova visão de administração pública: a governança em seus múltiplos aspectos, principalmente aqueles que se referem à esfera pública e à produção do bem público, bem como, compreender como se processa a governança pública municipal.

Objetivo específico

- Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes nos acadêmicos para que sejam profissionais em administração pública capazes de exercer a governança pública, principalmente, em instituições municipais e regionais, voltadas para o interesse público e o desenvolvimento regional com sustentabilidade.

- Estimular a formação de um profissional e cidadão crítico, capaz de refletir e assumir posições próprias em benefício da coletividade, a partir de valores éticos, tanto aqueles relacionados com a responsabilidade e a legalidade quanto os lastreados nas convicções.

- Conscientizar o acadêmico do curso de que o administrador público serve ao cidadão enquanto dirige organizações.

Conteúdo programático

1. Administração Pública: conceitos e fundamentos.

2. Administração Pública: Trajetória Histórica.

3. A importância da cidadania e da democracia para a administração pública. A definição do interesse público.

Plano de Ensino

4. A esfera pública e a produção do bem público.

5. O Diário do Administrador Público.

6. As diversas estratégias para a produção do bem público: a burocracia pública, o mercado e as suas organizações, a coprodução em rede com a participação da comunidade e do cidadão.

Metodologia

No desenvolvimento da programação é utilizada uma combinação de técnicas de ensino, dentre as quais se destacam: aulas expositivas e dialogadas, com apoio de textos, slides e vídeos. Estudos de casos e exercícios realizados pelos participantes, individualmente ou em grupos. Serão utilizadas diversas leituras como fator de estímulo ao aprendizado. Também, os instrumentos que a informática oferece serão amplamente utilizados. A metodologia utilizada enfatiza a participação ativa dos participantes.

Sistema de avaliação

25% - Diário do Administrador;
25% - Trabalho da Disciplina;
50% - Provas (duas, cada uma correspondendo a 25%)

Bibliografia básica

DENHARDT, Robert B. Teorias da administração pública. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
HARMAN, Willis; HORMANN, John. O Colapso do Velho Paradigma. In: O novo paradigma nos negócios: estratégias emergentes para liderança e mudança organizacional. São Paulo: Cultrix, 1996.
HEIDEMANN, Francisco Gabriel; SALM, José Francisco; GUIMARÃES, Tomás de Aquino. Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. 2. ed. Brasília, DF: Ed. UnB, 2012.
MATIAS-PEREIRA, José. Governança no setor público. São Paulo: Atlas, 2010. 266 p.
MENEGASSO, M. E. Delimitação dos Sistemas Sociais. Texto para fins didáticos, 2005.
_____. Conceituando as organizações. Texto para fins didáticos, março de 2008.
NETTO, M. L., SALM, V. M., BURIGO, V. A Coprodução dos Serviços Públicos: Modelos e modos de gestão. Revista de Ciências da Administração. V. 16, n. 39, p. 164-178, agosto 2014.
NICOLLINI, A., FISCHER, Tânia. Trajetória e tendências do Ensino de Administração Pública no Brasil: a Hora e a Vez do Dirigente Público. In: XXXI ENANPAD, Rio de Janeiro, 2007.
PROPIUCK, M. Políticas Públicas e fundamentos da Administração Pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária. São Paulo: Atlas, 2013.

Bibliografia complementar

ANDRADE, Rui Otávio B. e AMBONI, Nério. Estratégias de Gestão: processos e funções do administrador. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
KEINERT, Tânia, M. M. Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.
KISSLER, L; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, vol.40 no.3 mai/jun, 2006.
KLEIN JR, SALM, J. F., HEIDEMANN, F. G., MENEGASSO, M.E. Participação e coprodução em política habitacional. RAP - Rio de

Plano de Ensino

Janeiro 46(1):25-48. Jan/Fev, 2012.
OSBOURNE et al. A New theory for Public Management? Toward a (Public) Service-Dominant approach. The American Review of public Administration. Fev, 2013.
RAMOS, Alberto G. A Nova Ciência das Organizações. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1981.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública		
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI		
Disciplina: Administração Pública e Governança		**Código:** 1ADMPUB
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2018/1	
Professor: LUIZ RICARDO DE SOUZA	**Contato:** luiz.souza@udesc.br	

Ementa

Administração Pública: conceito, fundamentos e trajetória histórica. A esfera pública e a produção do bem público. A importância da cidadania e da democracia para a administração pública. As diversas estratégias para a produção do bem público: a burocracia pública, o mercado e as suas organizações, a coprodução em rede com a participação da comunidade e do cidadão. Os principais modelos de administração pública. A definição do interesse público. Governança pública: contexto histórico em que foi desenvolvida. Conceitos de governança pública. Principais teorias sobre governança pública. Governança pública e os modelos de administração pública. Governança como uma rede difusa que produz os serviços públicos. A governança e os tipos de coprodução do bem público. A coordenação governamental dos processos de governança pública. Políticas, participação política e governança pública.

Objetivo geral

Discutir os fundamentos e trajetória histórica da administração pública, e a nova visão de administração pública: a governança em seus múltiplos aspectos, principalmente aqueles que se referem à esfera pública e à produção do bem público, bem como, compreender como se processa a governança pública municipal.

Objetivo específico

- Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes nos acadêmicos para que sejam profissionais em administração pública capazes de exercer a governança pública, principalmente, em instituições municipais e regionais, voltadas para o interesse público e o desenvolvimento regional com sustentabilidade.

- Estimular a formação de um profissional e cidadão crítico, capaz de refletir e assumir posições próprias em benefício da coletividade, a partir de valores éticos, tanto aqueles relacionados com a responsabilidade e a legalidade quanto os lastreados nas convicções.

- Conscientizar o acadêmico do curso de que o administrador público serve ao cidadão enquanto dirige organizações.

Conteúdo programático

1. Administração Pública: conceitos e fundamentos.

2. Administração Pública: Trajetória Histórica.

3. A importância da cidadania e da democracia para a administração pública. A definição do interesse público.

Plano de Ensino

4. A esfera pública e a produção do bem público.

5. O Diário do Administrador Público.

6. As diversas estratégias para a produção do bem público: a burocracia pública, o mercado e as suas organizações, a coprodução em rede com a participação da comunidade e do cidadão.

Metodologia

No desenvolvimento da programação é utilizada uma combinação de técnicas de ensino, dentre as quais se destacam: aulas expositivas e dialogadas, com apoio de textos, slides e vídeos. Estudos de casos e exercícios realizados pelos participantes, individualmente ou em grupos. Serão utilizadas diversas leituras como fator de estímulo ao aprendizado. Também, os instrumentos que a informática oferece serão amplamente utilizados. A metodologia utilizada enfatiza a participação ativa dos participantes.

Sistema de avaliação

25% - Diário do Administrador;
25% - Trabalho da Disciplina;
50% - Provas (duas, cada uma correspondendo a 25%)

Bibliografia básica

DENHARDT, Robert B. Teorias da administração pública. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
HARMAN, Willis; HORMANN, John. O Colapso do Velho Paradigma. In: O novo paradigma nos negócios: estratégias emergentes para liderança e mudança organizacional. São Paulo: Cultrix, 1996.
HEIDEMANN, Francisco Gabriel; SALM, José Francisco; GUIMARÃES, Tomás de Aquino. Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. 2. ed. Brasília, DF: Ed. UnB, 2012.
MATIAS-PEREIRA, José. Governança no setor público. São Paulo: Atlas, 2010. 266 p.
MENEGASSO, M. E. Delimitação dos Sistemas Sociais. Texto para fins didáticos, 2005.
_____. Conceituando as organizações. Texto para fins didáticos, março de 2008.
NETTO, M. L., SALM, V. M., BURIGO, V. A Coprodução dos Serviços Públicos: Modelos e modos de gestão. Revista de Ciências da Administração. V. 16, n. 39, p. 164-178, agosto 2014.
NICOLLINI, A., FISCHER, Tânia. Trajetória e tendências do Ensino de Administração Pública no Brasil: a Hora e a Vez do Dirigente Público. In: XXXI ENANPAD, Rio de Janeiro, 2007.
PROPIUCK, M. Políticas Públicas e fundamentos da Administração Pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária. São Paulo: Atlas, 2013.

Bibliografia complementar

ANDRADE, Rui Otávio B. e AMBONI, Nério. Estratégias de Gestão: processos e funções do administrador. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
KEINERT, Tânia, M. M. Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.
KISSLER, L; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, vol.40 no.3 mai/jun, 2006.
KLEIN JR, SALM, J. F., HEIDEMANN, F. G., MENEGASSO, M.E. Participação e coprodução em política habitacional. RAP - Rio de

Plano de Ensino

Janeiro 46(1):25-48. Jan/Fev, 2012.
OSBOURNE et al. A New theory for Public Management? Toward a (Public) Service-Dominant approach. The American Review of public Administration. Fev, 2013.
RAMOS, Alberto G. A Nova Ciência das Organizações. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1981.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública		
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI		
Disciplina: Governança Pública Municipal e Regional I		**Código:** 4GOVPM1
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2019/2	
Professor: BRUNA DEVENS FRAGA	**Contato:** bruna.fraga@udesc.br	

Ementa

Origem do Município. A organização do Município. O Poder Legislativo. O Poder Executivo Municipal. Competência Municipal. A relação do município com os poderes da esfera estadual e federal. Meios de Ação Municipal. Servidores municipais. Administração dos bens municipais. Serviços públicos municipais. Poder de Polícia Municipal. Controle das Funções Municipais. Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores. A participação e o poder local. As estratégias de produção dos serviços públicos na esfera do município e por meio de consórcios regionais. As formas de governança para a coprodução dos serviços prestados ao cidadão no município e na Região.

Objetivo geral

Desenvolver o pensamento gerencial e crítico acerca da governança pública municipal e regional, capacitando o(a) acadêmico(a) compreender a gestão pública municipal e arranjos regionais com base em uma nova visão de administração pública: a governança em seus múltiplos aspectos.

Objetivo específico

- Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes nos acadêmicos para que sejam profissionais em administração pública capazes de exercer a governança pública, principalmente, em instituições municipais e regionais, voltadas para o interesse público e o desenvolvimento regional com sustentabilidade.

- Estimular a formação de um profissional e cidadão crítico, capaz de refletir e assumir posições próprias em benefício da coletividade, a partir de valores éticos, tanto aqueles relacionados com a responsabilidade e a legalidade quanto os lastreados nas convicções.

- Conscientizar o acadêmico do curso de que o administrador público serve ao cidadão enquanto dirige organizações.

Conteúdo programático

1 O município: histórico e competências
1.1 Origem do Município
1.2 A relação do município com os poderes da esfera estadual e federal.
1.3 Competência Municipal
1.4 Serviços públicos municipais

2 Da administração pública municipal à governança municipal
2.1 A descentralização na prestação de serviços públicos municipais
2.2 Parcerias nos serviços públicos municipais
2.3 O Poder Executivo Municipal
2.4 O Poder Legislativo: gestão e ferramentas
2.5 O Poder Legislativo: processo legislativo

Plano de Ensino

Metodologia

No desenvolvimento da programação é utilizada uma combinação de técnicas de ensino, dentre as quais se destacam: aulas expositivas e dialogadas, com apoio de textos, slides e vídeos. Estudos de casos e exercícios realizados pelos participantes, individualmente ou em grupos. Serão utilizadas diversas leituras como fator de estímulo ao aprendizado. A metodologia utilizada enfatiza a participação ativa dos participantes.
Reposição de aulas: As aulas perdidas, por exemplo em virtude de feriado, serão recuperadas mediante atividades. Caso a atividade não seja entregue, será considerada falta. O conteúdo, no entanto, é considerado para efeito de avaliações escritas. Importante salientar que até 20% da carga horária da disciplina poderá ser ofertada não presencialmente, por meio da plataforma de ensino à distância Moodle.

Sistema de avaliação

Composição das notas
A avaliação será expressa pela composição abaixo:
a) Duas avaliações escritas (25% cada, totalizando 50% da nota final)
b) Projeto Vereador por Um dia. Conjunto de 10 (dez) atividades com peso 1,0 totalizando 10 pontos. (40% da nota final).
c) Relatos. Dois relatos de palestras e/ou congressos que tratem de gestão municipal organizados ou não pela UDESC. Caso seja externo à UDESC, validar evento anteriormente com o professor. (5% cada, totalizando 10% da nota final)
Observação: As datas das entregas e apresentação dos trabalhos referentes às atividades em sala de aula, bem como os critérios que são avaliados estarão postados no Moodle para consulta prévia no conteúdo programático.

Bibliografia básica

ARAÚJO, F. D. Motivação e Controle de Ato Administrativo. Belo Horizonte: Del Rey, 1992.
BIZELLI, J. L., FERREIRA, D. A. (orgs.). Governança Pública e Novos Arranjos de Gestão. Jacinta Editores, Piracicaba, 2009.
VERGARA, S. C., CORRÊA, V. L. A. (orgs.) Propostas para uma gestão pública municipal efetiva. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Bibliografia complementar

BASTOS, E. C. (coord.) Novos Rumos da Auditoria Municipal. São Paulo: Max Limonad, 2000.
KANAANE, R., FILHO, A. F., FERREIRA, M. G. et al. Gestão Pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. São Paulo: Atlas, 2010.
MEIRELLES, H. L. Direito Municipal brasileiro. 11 ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
PEREIRA, J. R., REZENDE, J. B. Gestão Pública Municipal. 1. ed. - Curitiba: CRV, 2017.
SIGUIN, E. Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

Revistas e sites especializados
CEPAM - Centro de Estudos e Pesquisa em Gestão Municipal https://issuu.com/cepam
CNM - Confederação Nacional de Municípios http://www.cnm.org.br/
FUNDAP - Fundação do Desenvolvimento Administrativo - http://www.fundap.sp.gov.br/
IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municpal http://www.ibam.org.br/estudos
Meu Município - http://www.meumunicipio.org.br/meumunicipio/home
Ministério das Cidades - http://www.cidades.gov.br/#
Oficina Municipal - http://www.oficinamunicipal.org.br/
Prêmio Gestão Pública e Cidadania - Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPGS/FGV) - http://ceapg.fgv.br/node/189
Senado Federal - http://www12.senado.leg.br/hpsenado

Plano de Ensino

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública		
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI		
Disciplina: Estatística		**Código:** 2ESTATI
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2018/2	
Professor: ANGELO ALFREDO HAFNER	**Contato:** angelo.hafner@gmail.com	

Ementa

Áreas de estudo da estatística. População e Amostra. Distribuição de frequências. Representações gráficas. Medidas de tendência e dispersão. Probabilidade. Análise Exploratória de Dados. Análise Bidimensional. Contingência. Dispersão. Correlação. Regressão. Séries Temporais. Testes de hipóteses. Números índices.

Objetivo geral

Aplicar os conceitos estatísticos em outros componentes curriculares que necessitem desta ferramenta, assim como em sua vida profissional conseguindo interpretar problemas desta natureza e desenvolver soluções.

Objetivo específico

Estimular a dinâmica de trabalho em equipe de forma ética e criativa.
Desenvolver habilidades de raciocínio e de pensar para a solução de problemas.
Conhecer os métodos estatísticos, e probabilísticos, suas aplicações e suas teorias atuais, atingindo dessa maneira a meta de informar.
Desenvolver a capacidade crítica e analítica do estudante através da discussão de exercícios e problemas.
Elaborar gráficos, identificando o mais apropriado para cada situação.
Confeccionar tabelas.
Estabelecer as equações de regressão.
Interpretar os resultados obtidos após realizado o trabalho estatístico com os dados.

Conteúdo programático

Apresentação da disciplina e do plano de aprendizagem. A importância da disciplina para o curso. Diferença entre população e amostra. Cálculo de média aritmética, média ponderada, moda e mediana para dados brutos.

Elaboração de tabelas com frequência absoluta, frequência absoluta acumulada, frequência relativa. Amplitude total de uma amostra. Determinação do número de classes e da amplitude de cada classe. Diagrama de ramo e folhas.

Confecção de histograma e polígono de frequências.

Quartis. Esquema dos cinco números. Diagrama de caixas. Box Plot.

Primeira Avaliação.

Plano de Ensino

Desvio médio, desvio padrão, variância, assimetria e curtose.

Probabilidade: Teoremas fundamentais. Teorema do produto. Teorema da Probabilidade Total. Teorema de Bayes.

Variáveis Aleatórias Discretas e Aleatórias Contínuas: Distribuições de Probabilidade

Desvios, probabilidade, variáveis aleatórias discretas e contínuas.

Inferência estatística para uma e duas amostras.

Inferência sobre a Variância de uma população Normal; Inferência sobre a Proporção de uma População.

Teste de Hipóteses; Inferência sobre a média de uma população conhecida e desconhecida.

Correlação linear. Variável explanatória e variável resposta. Coeficiente de correlação.Regressão linear.

Cálculo de médias, confecção de tabelas, desvios, esquema dos cinco números, probabilidade e distribuições. Correlação linear. Variável explanatória e variável resposta. Coeficiente de correlação.Regressão linear.

Segunda Avaliação.

Apresentação de Trabalhos.

Metodologia

Aula expositiva e dialogada com utilização do quadro de giz e projetor multimídia.
Utilização do Excel como ferramenta de apoio.
Apresentações.

Sistema de avaliação

Duas provas individuais e sem consulta.
Apresentação de trabalhos.
A média será composta da média das provas (peso 0,8) e da média dos trabalhos (peso 0,2).

Bibliografia básica

BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às ciências sociais. 6. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006. 315p.

BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística básica. São Paulo: Editora Atual, 2002.

Plano de Ensino

LARSON, Ron. FARBER, Betsy. Estatística aplicada 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

Bibliografia complementar

McCLAVE, James T., BENSON, P. George, SINCICH, Terry. Estatística para administração e economia. 10.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. Número de Chamada: 519.5 M126e 10.ed

FONSECA, J. S. da., MARTINS, G. de A. Curso de estatística. São Paulo: Atlas, 1995.

FREUND, J. E.; SIMON, G. A. Estatística Aplicada: economia, administração e contabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2000.

ANDERSON, David Ray; SWEENEY, Dennis J; WILLIAMS, Thomas A. Estatística aplicada à administração e economia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, c2002. 642p. ISBN 8522102473 (broch.).

BRUNI, Adriano Leal. Estatística aplicada à gestão empresarial. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2013. Disponível em: /site.ebrary.com/lib/bibliotecaudesc/Doc?id=11005096>. Acesso em: 11 maio 2016.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública		
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI		
Disciplina: Fundamentos da Teoria Econômica		**Código:** 3FUNTEC
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2018/1	
Professor: Lilian de Pellegrini Elias	**Contato:** lilianpellegrini@gmail.com	

Ementa

Conceitos básicos da teoria econômica. Principais pensadores da teoria econômica. As teorias econômicas. A microeconomia. O mercado e os agentes econômicos. A lei da oferta e da demanda. A formação dos preços. Fundamentos da análise macroeconômica; Problemas macroeconômicos; Modelos macroeconômicos; Contabilidade Nacional; Determinantes da demanda e oferta agregada; Moeda, juros e renda; Economia Aberta; Política econômica; O papel do governo; Inflação. Ideologia Neoliberal, novos Keynesianos, terceiro setor e outros. Aspectos contemporâneos na economia.

Objetivo geral

Capacitar o aluno a fazer análises conjunturais e estruturais da economia levando em consideração conceitos microeconômicos e macroeconômicos.

Objetivo específico

3.1. Introduzir conceitos e teorias da Ciência Econômica;
3.2. Introduzir a discussão sobre o papel do Estado na economia;
3.3. Criar condições para que o aluno compreenda o ambiente econômico no qual atuam as organizações/instituições;
3.4. Capacitar o aluno com raciocínio econômico e sua relação com a gestão das diferentes organizações;
3.5. Capacitar o estudante para conceber as relações econômicas de uma nação com o resto do mundo e seus impactos sobre a atividade econômica;
3.6. Identificar, mediante utilização dos instrumentos da ciência econômica, os principais cenários da economia contemporânea.
3.7. Capacitar o estudante para interpretar dados e indicadores econômicos

Conteúdo programático

Bloco I - A Ciência Econômica
4.1 Aspectos gerais da economia
Bloco II - Correntes da Teoria Econômica
4.2 Origem da Ciência Econômica: Fisiocratas
4.3 Smith (1723-1790)
4.4 Ricardo (1818-1883), Malthus (1766-1834) e Mill (1806-1873)
4.5 Marx (1818-1883)
4.6 Hayek (1899-1992) - Escola Austríaca e Escola de Chicago
4.7 Keynes (1883-1946)
4.8 Teoria econômica: século XXI
Bloco III - Microeconomia
O lado da demanda
4.9 Considerações sobre a microeconomia
4.10 A teoria do consumidor
4.11 Teoria elementar do funcionamento do mercado
O lado da oferta

Plano de Ensino

4.12 Aspectos gerais da teoria da firma
4.13 Estruturas de mercado
4.14 Organização industrial
Bloco IV - Macroeconomia
4.15 Medidas de atividade econômica
4.16 Teoria da determinação da renda e do Produto Nacional
4.17 Moeda e a questão da inflação
4.18 Equilíbrio no mercado bens e de moeda
Bloco V - Tópicos especiais
4.19 Setor Externo da Economia Brasileira e estrutura do Balanço de Pagamentos
4.20 O setor Público e Estado na Economia Brasileira
4.21 Crescimento e Desenvolvimento Econômico: visão ortodoxa (ROSTOW, 1974)
4.22 Crescimento e Desenvolvimento Econômico: visão crítica (FRANK, 1973)
4.23 Economia e meio ambiente
4.24 Economia Agrícola e Agrária
4.25 Economia e Mercado de Trabalho

Metodologia

No desenvolvimento da programação é utilizada uma combinação de técnicas de ensino, dentre as quais se destacam: aulas expositivas e dialogadas, com apoio de textos, slides e vídeos. Estudos de casos e exercícios realizados pelos participantes, individualmente ou em grupos. Serão utilizadas diversas leituras como fator de estímulo ao aprendizado. Também, os instrumentos que a informática oferece serão amplamente utilizados. A metodologia utilizada enfatiza a participação ativa dos alunos.

Sistema de avaliação

A avaliação será realizada através dos procedimentos abaixo:
- Prova 1 = 25% da nota - Prova escrita.
- Prova 2 = 25% da nota - Prova escrita.
- Prova 3 = 25% da nota - Prova escrita.
- Prova 4 = 25% da nota - Prova escrita.

Bibliografia básica

BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia. 4. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.
CANO, W. Introdução à economia: uma abordagem crítica. São Paulo: Unesp, 2014.
CORAZZA, Gentil. Ciência e Método na História do Pensamento Econômico. Revista de Economia, v. 35, n. 2 (ano 33), p. 107-135, maio/ago. 2009.
LEITE, J. A. A Macroeconomia: Teoria, Modelos e Instrumentos de Política Econômica, Atlas, São Paulo, 1994.
MANKIW, N. Gregory. Macroeconomia. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008
PINHO, Diva Benevides; VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de (Org.); GREMAUD, Amaury Patrick et al. Manual de economia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. 606p.
SINGER, PAUL. Aprender Economia. São Paulo. Editora Brasiliense, 1988.

Bibliografia complementar

FRANK, Andrew Gunder. Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano. In: PEREIRA, L. (org). Urbanização e Subdesenvolvimento. RJ: Zahar, 1973.
HALL, R.E. e TAYLOR, J.B. Macroeconomia: Teoria, Desempenho e Política. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
HAYEK, F. Parte I: desemprego e política monetária. In: _____. Desemprego e política monetária. São Paulo : Instituto Ludwig von Mises. Brasil, 2011, p. 23-43.

Plano de Ensino

HEILBRONER, R. A História do Pensamento Econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
HUNT, E. K. História do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
KEYNES, J. M. Capítulo 3 e capítulo 24. In: _____. Teoria geral do Emprego, do juro e da moeda. 2ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1983
LOPES, L. M. & VASCONCELLOS, M A S. Manual de macroeconomia básico e intermediário. São Paulo: Atlas, 2000.
MANDEVILLE, B. (1723). The fable of lhe bees or private vices, public benefits. Londres: Wishart & Company, 1934. [A tradução está disponível em: http://economiapoliticabrasil.blogspot.com.br].
MARX, Karl. O capital: critica da economia política. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. n.v. (Os economistas)
MONTORO FILHO, André Frano, (et al.) Manual de introdução à economia (Wlademir Pereira, Coordenador). São Paulo: Saraiva, 1984.
NOVAES, Henrique Tahan; DAGNINO, Renato. O fetiche da tecnologia.Revista ORG & DEMO, v. 5, n. 2, p. 189-210, 2004
PASSOS, C. R. Princípios de economia. São Paulo: Pioneira, 2000.
PAULANI, LEDA MARIA; BRAGA, MARCIO BOBIK. A nova contabilidade social. SP: SARAIVA, 2001.
PINHO, D. B. e VASCONCELLOS, M. A. S. Manual de Economia. 5ª edição. São Paulo: Saraiva, 2006.
ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à Economia. São Paulo: Atlas, 2003
PRATES, R. C.; REZENDE, A. A. Considerações a respeito do Balanço de Pagamentos: uma análise da evolução e dinâmica das contas brasileiras no período 2000-2014. Revista paranaense de desenvolvimento, Curitiba, v.36, n.128, p.65-81, jan./jun. 2015.
ROSTOW, Walt Whitman. Cap. 1. Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista. Rio de Janeiro: Zahar, 1974
SCHUMPETER, Joseph. A instabilidade do Capitalismo. In.: Clássicos da Literatura Econômica. Brasília: Ipea, 2010.
SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982. xv, 169 p. (Os economistas).

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública		
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI		
Disciplina: Educação e Sensibilização Ambiental		
Código: 5EDUSEN	**Carga horária:** 72	**Período letivo:** 2020/1
Professor: VANESSA MARIE SALM	**Contato:** vanessa.salm@udesc.br	

Ementa

A relação natureza e desenvolvimento. A valoração do meio ambiente. Conceitos básicos em gestão ambiental. Licenças ambientais. Impactos ambientais. Passivo ambiental. Redução de resíduos, coleta, classificação e descarte de resíduos. Tecnologias não agressivas. Crimes ambientais, Norma ISO 14001. Sistema de Gestão Integrada (SMS).

Objetivo geral

Sensibilizar os alunos de forma a educá-los para que criem uma consciência ambiental e sejam agentes disseminadores na proteção e preservação ambiental.

Objetivo específico

- Conhecer os fundamentos da educação ambiental
- Entender, na prática, sobre os danos ambientais e as estratégias para preservação do meio ambiente;
- Aprender sobre a legislação e licenças ambientais;
- Compreender sobre os fundamentos do Sistema de Gestão Integrada (SMS) e da Norma ISO 14001;
- Discutir sobre as tecnologias não agressivas e as formas de redução dos resíduos.

Conteúdo programático

Apresentação da Disciplina

A relação Natureza e Desenvolvimento: Conceitos e fundamentos relacionados ao meio ambiente

A relação Natureza e Desenvolvimento: Conceitos e fundamentos relacionados ao meio ambiente

Danos Ambientais e Estratégia: Conceitos, fundamentos e principais estratégias para preservação e conservação ambiental

Seminário I

Seminário I

Prova I

Plano de Ensino

Eucação Ambiental: Conceito, Fundamentos, Histórico e Classificações

Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Socioambiental: Conceitos e princípios

Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Socioambiental: Conceitos e princípios

Seminário II

Seminário II

Legislação Ambiental, Políticas Públicas e Licenças ambientais

Prova II

Legislação Ambiental, Políticas Públicas e Licenças ambientais

Norma ISO 14001 e Sistema de Gestão Integrada (SMS): Conceitos, fundamentos e aplicações

Norma ISO 14001 e Sistema de Gestão Integrada (SMS): Conceitos, fundamentos e aplicações

Fechamento da disciplina

Metodologia

- Apresentação dos conteúdos de forma expositiva/dialogada;
- Leitura e análise de textos e estudo de caso por meio de leitura coletiva para fixar o conteúdo;

- Exercícios práticos ao final de cada tópico da aula;
- Utilização do Moodle e Siga como: ferramenta de comunicação, gestão de conteúdo da disciplina e ambiente virtual de aprendizagem;
- A disciplina pressupõe que o aluno aprende e o professor facilita esse aprendizado;
? Poderão existir atividades online (ead);
- A sala de aula é um ambiente de estudo e de alegria! Com este propósito os alunos serão envolvidos e chamados a participar ativamente.
Chamadas:
? Serão feitas duas chamadas, uma no começo e uma no final da aula.

Comunicação:
? Serão utilizadas, exclusivamente, as seguintes ferramentas: SIGA (encaminhar os comunicados), MOODLE ou email institucional.
Atendimento aos alunos:
? Atendimento no dia da semana em que a disciplina é ministrada, no horário das 17:00 às 18:00 horas;
? Caso seja necessário atendimento fora do horário previsto, o mesmo poderá ser marcado com antecedência com a professora via email.

Plano de Ensino

Sistema de avaliação

Composição das notas
- Prova1 (30%)
- Prova2 (30%)
- Seminário I (20%)
- Seminário II (20%)

Média Final = (Prova1 * 0,30) + (Prova2 * 0,30) + (Seminário I * 0,20) + (Seminário II * 0,20)

Critérios para avaliação das provas:
- Serão avaliados os seguintes critérios: clareza, correção de linguagem, coerência e coesão textual;
- As respostas serão consideradas: corretas, parcialmente corretas ou incorretas;
- As possíveis datas das provas serão apresentadas pela professora no primeiro dia de aula;
- As provas de segunda chamada serão, provavelmente, aplicadas na penúltima semana de aula.

Critérios para avaliação da nota dos seminários I e II:
- Os critérios de avaliação dos seminários são: Preparação do Material, criatividade, objetividade e expressividade, dinamicidade e adequação dos recursos didáticos;
- Os alunos que não participarem da criação do material dos seminários não serão avaliados e terão nota zero;
- As datas de apresentação e os pesos dos seminários serão apresentadas pela professora no primeiro dia de aula;
- O encaminhamento da apresentação do seminário deverá ser postado no dia proposto pela professora. Caso algum grupo poste o seminário até 24 horas após a data estabelecida, o grupo será avaliado com nota máxima possível de 8,0. Os Seminários postados após esta última data não serão avaliados e terão nota zero

Fechamento da média e exames finais
Serão aprovados automaticamente os alunos que atingirem média maior ou igual a 7,0 (sete) entre as avaliações realizadas. Alunos que obtiverem média aritmética simples entre as avaliações igual ou menor a 1,6 serão automaticamente reprovados. Os alunos que obtiverem média maior ou igual a 1,7 (uma vírgula sete) e menor que 7,0 (sete) deverão realizar o exame final. O exame final terá o mesmo formato das avaliações parciais, porém englobará a totalidade dos assuntos abordados durante o curso. Serão aprovados os alunos que, após o exame final, atingirem nota igual ou maior que 5,0 (cinco) somando-se a nota final das avaliações parciais (peso 0,6) à nota do exame final (peso 0,4).

Bibliografia básica

CAPRA, Fritjof. A teia da vida. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução de Newton Roberval Eichemberg. São Paulo: Cultrix, 1996.
LOPES, Ignez Vidigalet al. (Org.) Gestão Ambiental no Brasil: experiência e sucesso.Rio de Janeiro: FGV, 1996.
SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro,Garamond. 2000.

Bibliografia complementar

LEFF, Enrique. Racionalidade ambiental: a reapropriaçao social da natureza. Rio de Janeiro: 2006.
LOREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002, 255p.
MEDINA, N. M.; SANTOS, E. C. Educação Ambiental: uma metodologia participativa de formação. Petrópolis: Vozes, 1999, 232p.
TOZONI-REIS, M.F.C. Educação ambiental: natureza, razão e história. Campinas: Autores Associados, 2004, 182 p.
MENEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson. (orgs.) Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004;
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Cartilha A3P: Agenda ambiental na administração pública. 5. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009.

Plano de Ensino

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 039/2015 - CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

O acadêmico regularmente matriculado que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelo professor, poderá solicitar segunda chamada desta avaliação através de requerimento por ele assinado, ou por seu representante legal, entregue na Secretaria de Ensino de Graduação e/ou Secretaria do Departamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de realização da avaliação, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados e que se enquadrem em uma das seguintes situações:

I - problema de saúde do aluno ou parente de 1ºgrau, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros, comprovada por Boletim de Ocorrência ou documento equivalente;
III - manobras ou exercícios militares comprovados por documento da respectiva unidade militar;
IV - luto, comprovado pelo respectivo atestado de óbito, por parentes em linha reta (pais, avós, filhos e netos), colaterais até o segundo grau (irmãos e tios), cônjuge ou companheiro (a), com prazo de até 5(cinco) dias úteis após o óbito;
V - convocação, coincidente em horário, para depoimento judicial ou policial, ou para eleições em entidades oficiais, devidamente comprovada por declaração da autoridade competente;
VI - impedimentos gerados por atividades previstas e autorizadas pela Chefia de Departamento do respectivo curso ou instância hierárquica superior, comprovada através de declaração ou documento equivalente;
VII - direitos outorgados por lei;
VIII - coincidência de horário de outras avaliações do próprio curso, comprovada por declaração da chefia de departamento;
IX ? convocação para competições oficiais representando a UDESC, o Município, o Estado ou o País;
X ? convocação pelo chefe imediato, no caso de acadêmico que trabalhe, em documento devidamente assinado e carimbado, contendo CNPJ da empresa ou equivalente, acompanhado de documento anexo que comprove o vínculo empregatício, como cópia da carteira de trabalho ou do contrato.
Parágrafo único - O requerimento deverá explicitar a razão que impediu o acadêmico de realizar a avaliação.

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública		
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI		
Disciplina: Direito Administrativo		
Código: 3DIRADM	**Carga horária:** 72	**Período letivo:** 2019/1
Professor: FABIO CAMARGO BANDEIRA	**Contato:** fabio.bandeira@udesc.br	

Ementa

Direito Administrativo: conceito, fundamentos, princípios da administração pública; processo administrativo. Evolução do Direito Administrativo. Poderes e deveres do administrador público. Regime jurídico administrativo. Atos administrativos. Procedimentos administrativos. Responsabilidade civil da administração pública. Crimes contra a administração pública.

Objetivo geral

Prover conhecimentos relacionados ao direito administrativo para as atividades desenvolvidas pelo Poder Público.

Objetivo específico

Desenvolver conhecimentos fundamentais acerca dos procedimentos administrativos.

Conteúdo programático

1. Aspectos gerais do Direito Administrativo: conceito, evolução e fundamentos.

2. Regime jurídico administrativo: princípios da administração pública.

3. Poderes da administração pública.

4. Atos administrativos.

5. Estrutura e organização da administração pública: serviço público, estrutura direta e indireta.

6. Terceiro setor, entidades paraestatais ou entes de cooperação.

7. Bens públicos.

Plano de Ensino

8. Intervenção do Estado na propriedade privada

9. Responsabilidade civil da administração pública.

10. Poderes e deveres do administrador público.

11. Crimes contra a administração pública.

12. Processo administrativo.

Metodologia

No desenvolvimento da programação é utilizada uma combinação de técnicas de ensino, dentre as quais se destacam: aulas expositivas e dialogadas, com apoio de textos e slides. Também são utilizados diferentes estudos de casos e exercícios a serem resolvidos pelos participantes, individualmente ou em grupos. Serão realizadas diversas leituras como fator de estímulo ao aprendizado. Não obstante, os instrumentos que a informática oferece serão amplamente utilizados. Essa metodologia utilizada durante a disciplina procura enfatizar a participação ativa dos participantes durante todo o semestre.

Sistema de avaliação

. 25/04 - Primeiro trabalho. Peso na nota do semestre: 2,0.
. 02/05 - Primeira avaliação. Peso na nota do semestre: 3,0. Prova composta de 18 (dezoito) questões objetivas.
. 06/06 - Segundo trabalho. Peso na nota do semestre: 2,0.
. 13/06 - Segunda avaliação. Peso na nota do semestre: 3,0. Prova composta de 06 (seis) questões dissertativas.

Bibliografia básica

DIAS, Licínia Rossi Correia. Manual de Direito Administrativo. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 28. ed. São Paulo: Atlas 2015.

Bibliografia complementar

GASPARINI, Diogenes. Direito Administrativo. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
MADEIRA, José Maria Pinheiro. Administração Pública. 10. ed. Rio de Janeiro: Campus Jurídico Elsevier, 2008.

Plano de Ensino

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 039/2015 - CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

O acadêmico regularmente matriculado que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelo professor, poderá solicitar segunda chamada desta avaliação através de requerimento por ele assinado, ou por seu representante legal, entregue na Secretaria de Ensino de Graduação e/ou Secretaria do Departamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de realização da avaliação, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados e que se enquadrem em uma das seguintes situações:

I - problema de saúde do aluno ou parente de 1ºgrau, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros, comprovada por Boletim de Ocorrência ou documento equivalente;
III - manobras ou exercícios militares comprovados por documento da respectiva unidade militar;
IV - luto, comprovado pelo respectivo atestado de óbito, por parentes em linha reta (pais, avós, filhos e netos), colaterais até o segundo grau (irmãos e tios), cônjuge ou companheiro (a), com prazo de até 5(cinco) dias úteis após o óbito;
V - convocação, coincidente em horário, para depoimento judicial ou policial, ou para eleições em entidades oficiais, devidamente comprovada por declaração da autoridade competente;
VI - impedimentos gerados por atividades previstas e autorizadas pela Chefia de Departamento do respectivo curso ou instância hierárquica superior, comprovada através de declaração ou documento equivalente;
VII - direitos outorgados por lei;
VIII - coincidência de horário de outras avaliações do próprio curso, comprovada por declaração da chefia de departamento;
IX ? convocação para competições oficiais representando a UDESC, o Município, o Estado ou o País;
X ? convocação pelo chefe imediato, no caso de acadêmico que trabalhe, em documento devidamente assinado e carimbado, contendo CNPJ da empresa ou equivalente, acompanhado de documento anexo que comprove o vínculo empregatício, como cópia da carteira de trabalho ou do contrato.
Parágrafo único - O requerimento deverá explicitar a razão que impediu o acadêmico de realizar a avaliação.

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública		
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI		
Disciplina: Relações de Trabalho em Organizações Públicas Municipais e Sociais		
Código: 4RETRAB	**Carga horária:** 72	**Período letivo:** 2019/2
Professor: NILVANE BOEHM MANTHEY	**Contato:** nilvane_9@hotmail.com	

Ementa

As organizações e a administração de pessoas. Evolução da administração de pessoas. Funções Administrativas e operacionais de administração de pessoas. Desafios da gestão de pessoas. Cargos e salários e a estrutura formal da administração de pessoas nas organizações públicas e nas organizações sociais e do terceiro setor. A governança pública. As organizações menos hierarquizadas e a gestão de pessoas. Educação e treinamento das pessoas para a ação de governança. Metodologias aplicadas nos processos de avaliações de desempenho profissional. Estruturação dos Cargos e Funções no Setor Público. Prêmios e Recompensas. O comportamento humano nas organizações. O modelo explicativo do comportamento. Teorias da motivação no trabalho. Valores humanos e motivação: o significado do trabalho. Cultura organizacional: conceitos elementos e importância. A governança pública e a nova visão da administração de pessoas. O perfil e competências do administrador público para a gestão de pessoas em sistemas de governança pública.

Objetivo geral

-Desenvolver o planejamento, organização e desenvolvimento de pessoas no setor público, com técnicas capazes de promover o desempenho eficiente de pessoal e a qualidade de vida no trabalho.

Objetivo específico

-Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações nos processos organizacionais, atuar preventivamente, gerir conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
-Refletir e atuar criticamente nos processos Administrativos sob sua esfera de atuação como um agente transformador;
-Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar nas relações formais e causais entre fenômenos organizacionais, bem como expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos sociais;
-Desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos de gestão de pessoas; e
-Desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.

Conteúdo programático

As organizações e a administração de pessoas.
Evolução da administração de pessoas.
Funções Administrativas e operacionais de administração de pessoas.
Desafios da gestão de pessoas.
Cargos e salários e a estrutura formal da administração de pessoas nas organizações públicas e nas organizações sociais e do terceiro setor.
A governança pública. As organizações menos hierarquizadas e a gestão de pessoas.
Educação e treinamento das pessoas para a ação de governança.
Metodologias aplicadas nos processos de avaliações de desempenho profissional.
Estruturação dos Cargos e Funções no Setor Público.
Prêmios e Recompensas.
O comportamento humano nas organizações.
O modelo explicativo do comportamento.
Teorias da motivação no trabalho. Valores humanos e motivação: o significado do trabalho.
Cultura organizacional: conceitos elementos e importância.
A governança pública e a nova visão da administração de pessoas.
O perfil e competências do administrador público para a gestão de pessoas em sistemas de governança pública.

Plano de Ensino

Metodologia

Exposição e discussão do conteúdo, com exercícios/dinâmicas. Atividade em grupoA unidade curricular está organizada com atividades relacionadas às teorias base, principalmente, com exercícios e análise do caso/empresa em estudo.
As aulas contarão com exposição de conteúdo, interação de conhecimento e realização de atividades em grupo e individuais. As atividades poderão ser resolução de exercícios, estudos de casos, simulações empresariais ou interpretação e discussão de textos e filmes. O resumo do material referente a cada conteúdo será disponibilizado por meio eletrônico no ambiente virtual ou lista de e-mails.

Sistema de avaliação

A avaliação do ensino e da aprendizagem consistirá num conjunto de ações desenvolvidas de forma sistemática, processual, integral e que primará pelo caráter diagnóstico e formativo.
Os instrumentos de avaliação serão diversificados, estimulando ao (a) estudante à pesquisa, reflexão, iniciativa, criatividade, laborabilidade e cidadania, tais como: observação diária dos alunos pelos professores; trabalhos de pesquisa, individual ou coletiva; testes escritos, com ou sem consulta a material didático; resoluções de exercícios; seminário.
O Processo Avaliativo está organizado em duas etapas:
N1:
A N1 é composta por atividades realizadas no decorrer da disciplina:
Portfólio da Disciplina: Cada aluno desenvolverá seu portfólio da disciplina que deverá conter um esboço do aprendido na aula, de forma reflexiva e criativa. Será avaliada a abrangência do portfólio considerando as atividades desenvolvidas no decorrer da disciplina. O portfólio poderá ser utilizado para consulta na avaliação final. Na última aula do mês, o portfólio deverá ser apresentado para a professora realizar a conferência. Peso 10%.
Avaliação do trabalho em equipe e do seminário: Os alunos divididos em grupos (no máximo 3 indivíduos) deverão desenvolver um plano de gestão de pessoas, que deverá ser apresentado nas aulas que precedem a avaliação final no formato de seminário. Será avaliado o desenvolvimento e integração do grupo, o trabalho no formato de plano de gestão de pessoas mediante a coerência com as teorias apresentadas. Peso 30%.
As notas obtidas em cada Atividade Avaliativa da N1 corresponderão a 40% da Média Final.
N2:
A N2 é composta por duas avaliações com questões objetivas e discursivas, cuja primeira ocorrerá ao final do primeiro bimestre de aula e terá o peso de 20%. A segunda avaliação ocorrerá ao final da disciplina e terá o peso de 40%. A nota obtida nas duas avaliações corresponderão a 60% da Média Final.

Bibliografia básica

Gerenciando com as pessoas: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas CHIAVENATO, Idalberto Câmpus 2005
Modelo de competências e gestão dos talentos GRAMIGNA, Maria Rita Pearson 2007

Bibliografia complementar

Manual de Treinamento e Desenvolvimento do Potencial Humano KANAANE, Roberto; ORTIGOSO, Sandra Aparecida Formigari. Atlas 2010
Objetivo Competência: por uma nova lógica ZARIFIAN, Philippe Atlas 2008
Habilidades e competências: no século XXI DEMO, Pedro Mediação 2010

Plano de Ensino

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 039/2015 - CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

O acadêmico regularmente matriculado que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelo professor, poderá solicitar segunda chamada desta avaliação através de requerimento por ele assinado, ou por seu representante legal, entregue na Secretaria de Ensino de Graduação e/ou Secretaria do Departamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de realização da avaliação, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados e que se enquadrem em uma das seguintes situações:

I - problema de saúde do aluno ou parente de 1ºgrau, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros, comprovada por Boletim de Ocorrência ou documento equivalente;
III - manobras ou exercícios militares comprovados por documento da respectiva unidade militar;
IV - luto, comprovado pelo respectivo atestado de óbito, por parentes em linha reta (pais, avós, filhos e netos), colaterais até o segundo grau (irmãos e tios), cônjuge ou companheiro (a), com prazo de até 5(cinco) dias úteis após o óbito;
V - convocação, coincidente em horário, para depoimento judicial ou policial, ou para eleições em entidades oficiais, devidamente comprovada por declaração da autoridade competente;
VI - impedimentos gerados por atividades previstas e autorizadas pela Chefia de Departamento do respectivo curso ou instância hierárquica superior, comprovada através de declaração ou documento equivalente;
VII - direitos outorgados por lei;
VIII - coincidência de horário de outras avaliações do próprio curso, comprovada por declaração da chefia de departamento;
IX ? convocação para competições oficiais representando a UDESC, o Município, o Estado ou o País;
X ? convocação pelo chefe imediato, no caso de acadêmico que trabalhe, em documento devidamente assinado e carimbado, contendo CNPJ da empresa ou equivalente, acompanhado de documento anexo que comprove o vínculo empregatício, como cópia da carteira de trabalho ou do contrato.
Parágrafo único - O requerimento deverá explicitar a razão que impediu o acadêmico de realizar a avaliação.

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública		
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI		
Disciplina: Metodologia Científica e da Pesquisa		
Código: 2METCIE	**Carga horária:** 36	**Período letivo:** 2018/2
Professor: RODRIGO BARRACO MARASSI	**Contato:** rodrigo.marassi@udesc.br	

Ementa

A Pesquisa científica e a produção de conhecimento científico. Relevância da pesquisa científica. A pesquisa científica em cursos de Administração: abordagens, tipos e orientações metodológicas. O projeto de pesquisa: tipos e as etapas para elaboração, desenvolvimento, análise e apresentação dos resultados. Informática e Internet como instrumentos da pesquisa científica. Fontes de financiamento de projetos de pesquisa.

Objetivo geral

A disciplina visa capacitar o/a estudante a realizar trabalhos científicos ou acadêmicos. Desta forma busca desenvolver a capacidade de reconhecer e aplicar a melhor metodologia de pesquisa para projetos.

Objetivo específico

1. Compreender a ciência como uma forma específica de conhecimento;
2. Identificar as principais características da concepção moderna de ciência;
3. Reconhecer as diferentes abordagens, tipos e metodologias de pesquisa científica na área de administração pública;
4. Refletir sobre a relação entre os conceitos de planejamento, projeto e pesquisa científica;
5. Reconhecer e analisar os principais elementos que compõem um projeto de pesquisa científica;
6. Identificar as principais fontes de investigação e de financiamento para o desenvolvimento de uma pesquisa científica.

Conteúdo programático

Unidade I - A Pesquisa científica e a produção de conhecimento científico.
1.1 Os diferentes tipos de conhecimento (senso comum e conhecimento científico).
1.2. Conceitos de ciência e método.
1.3. Relevância da pesquisa científica;

Unidade II - A pesquisa científica em cursos de administração: abordagens e tipos.
2.1. Os tipos de pesquisa e suas formas de publicação.
2.1.1 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).
2.1.2. Dissertação.
2.1.3. Tese.
2.1.4. Artigo Científico.

Unidade III - A Informática e Internet como instrumentos da pesquisa científica.
3.1. Fontes de financiamento de projetos de pesquisa.
3.2. Buscas de pesquisas científicas em bibliotecas acadêmicas, bases de pesquisa, periódicos e eventos científicos.

Plano de Ensino

Unidade IV - Orientações metodológicas.
4.1 Normas de trabalhos acadêmicos de acordo com a ABNT.
4.2. Tipos de citações de acordo com a ABNT.
4.3. Tipos de referências bibliográficas de acordo com a ABNT.
4.4 Ética na pesquisa

Unidade V - O projeto de pesquisa: tipos e as etapas para elaboração, desenvolvimento, análise e apresentação dos resultados.
5.1. Introdução.
5.1.1. Contextualização do problema.
5.1.2. Problema da pesquisa.
5.1.3. Objetivo geral e objetivos específicos.
5.14. Justificativa.
5.2. Fundamentação Teórica: conceitos principais e estudos anteriores.
5.3. Metodologia
5.3.1. Metodologia dos objetivos: descritiva, exploratória e explicativa.
5.3.2. Metodologia da abordagem do problema: qualitativa e quantitativa.
5.3.3. Metodologia dos procedimentos técnicos: bibliográfica, documental, estudo de caso, pesquisa de campo, survey, pesquisa-ação.
5.3.4. Metodologia da coleta de dados: bibliografias, documentos, entrevista, questionário, observação, grupo focal.
5.3.5. Metodologia da análise de dados: análise de conteúdo, análise documental, análise do discurso, análise estatística.
5.4. Resultados da Pesquisa: análise dos resultados encontrados, confronto com a teoria e discussão com estudos anteriores.
5.5. Considerações Finais.

Metodologia

No desenvolvimento da programação, utilizaremos uma combinação de técnicas de ensino, enfatizando a participação dos alunos:
- Aulas expositivas e dialogadas.
- Leitura dirigida de material bibliográfico designado previamente.
- Análise de materiais audiovisuais.
- Grupos de discussão sobre as temáticas da aula.
- Seminários, trabalhos individuais e em grupos.
- Exercícios sobre o conteúdo trabalhado.
- Elaboração de Artigo Cientifico.

Sistema de avaliação

Composição das notas
A composição da nota final e as avaliações serão feitas através dos seguintes procedimentos:
- 30% = Seminários e trabalhos diversos
- 30% = Prova escrita, individual e sem consulta
- 40% = Artigo a ser desenvolvido durante o semestre e entregue ao final da disciplina

Fechamento da média e exames finais
Serão aprovados automaticamente os alunos que atingirem média maior ou igual a 7,0 (sete) entre as avaliações realizadas. Alunos que obtiverem média aritmética simples entre as avaliações igual ou menor a 1,6 serão automaticamente reprovados. Os alunos que obtiverem média maior ou igual a 1,7 (uma vírgula sete) e menor que 7,0 (sete) deverão realizar o exame final. O exame final terá o mesmo formato das avaliações parciais, porém englobará a totalidade dos assuntos abordados durante o curso. Serão aprovados os alunos que, após o exame final, atingirem nota igual ou maior que 5,0 (cinco) somando-se a nota final das avaliações parciais (peso 0,6) à nota do exame final (peso 0,4).

Bibliografia básica

Plano de Ensino

CASTRO, Cláudio de Moura. A prática da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.
GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
GONÇALVES, Hortencia de Abreu. Manual de projetos de pesquisa cientifica. 2. ed. Sao Paulo: Avercamp, 2007.
FEIJÓ, Ricardo. Metodologia e filosofia da ciência. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

Bibliografia complementar

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 14724: informação e documentação - trabalhos acadêmicos - apresentação. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011. IV, 9p.
_____. NBR 6022: apresentação de artigos em publicações periódicas.
_____. NBR 6023: informação e documentação - referências - elaboração.
_____. NBR 6024: numeração progressiva das seções de um documento.
_____. NBR 6028: resumos.
_____. NBR 6034: informação e documentação: apresentação.
_____. NBR 10520: apresentação de citações em documentos.
BORSZCZ, Iraci. et al. Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos da UDESC: tese, dissertação, trabalho de conclusão de curso e relatório de estágio. 3. ed. Florianópolis: UDESC, 2011.
CHALMERS, Alan Francis. O que é ciência afinal?. São Paulo: Brasiliense, 1993.
DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1995
DEMO, Pedro. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2000.
CASTRO, Cláudio de Moura. Como redigir e apresentar um trabalho científico. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho cientifico. 23. ed. Sao Paulo: Cortez, 2007.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 039/2015 - CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

O acadêmico regularmente matriculado que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelo professor, poderá solicitar segunda chamada desta avaliação através de requerimento por ele assinado, ou por seu representante legal, entregue na Secretaria de Ensino de Graduação e/ou Secretaria do Departamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de realização da avaliação, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados e que se enquadrem em uma das seguintes situações:

I - problema de saúde do aluno ou parente de 1ºgrau, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros, comprovada por Boletim de Ocorrência ou documento equivalente;
III - manobras ou exercícios militares comprovados por documento da respectiva unidade militar;
IV - luto, comprovado pelo respectivo atestado de óbito, por parentes em linha reta (pais, avós, filhos e netos), colaterais até o segundo grau (irmãos e tios), cônjuge ou companheiro (a), com prazo de até 5(cinco) dias úteis após o óbito;
V - convocação, coincidente em horário, para depoimento judicial ou policial, ou para eleições em entidades oficiais, devidamente comprovada por declaração da autoridade competente;
VI - impedimentos gerados por atividades previstas e autorizadas pela Chefia de Departamento do respectivo curso ou instância hierárquica superior, comprovada através de declaração ou documento equivalente;
VII - direitos outorgados por lei;
VIII - coincidência de horário de outras avaliações do próprio curso, comprovada por declaração da chefia de departamento;
IX ? convocação para competições oficiais representando a UDESC, o Município, o Estado ou o País;
X ? convocação pelo chefe imediato, no caso de acadêmico que trabalhe, em documento devidamente assinado e carimbado, contendo CNPJ da empresa ou equivalente, acompanhado de documento anexo que comprove o vínculo empregatício, como cópia da carteira de trabalho ou do contrato.
Parágrafo único - O requerimento deverá explicitar a razão que impediu o acadêmico de realizar a avaliação.